CAPITULO I

Caracterização sumária da economia
Evolução recente, situação actual e perspectivas

1. Caracterização global da economia da Guiné

1. A economia da província da Guiné situa-se num quadro físico caracterizado por acentuada pobreza orográfica, por uma rede hidrográfica extensa — cerca de 4000 km² de superfície e susceptível de larga utilização, já que mais de 50 por cento do curso dos seus principais rios são navegáveis —, pela uniformidade das condições climatéricas, por uma gama restrita de recursos do subsolo e por uma grande variedade de solos.

2. Verdadeiro mosaico racial, a população da Guiné apresenta uma estrutura etária do tipo progressivo com predomínio quase absoluto — perto de 90 por cento da população activa — do sector primário, ou mais particularmente da agricultura, silvicultura e pecuária. O ritmo de crescimento não é muito elevado, resultando predominantemente da existência de fluxos migratórios normalmente significativos.

Do ponto de vista social e cultural, verifica-se na população não alienígena, como reflexo de complexidade da sua composição étnica, grande variedade e variabilidade de características sociais e culturais.

3. Dotada de uma rede infra-estrutural, se não perfeita, pelo menos satisfatória para o nível de actividade presente, a economia guineense assenta fundamentalmente no sector agrícola, cuja gama produtiva, em razão do efeito combinado dos factores mesológicos e do processo de desenvolvimento económico, se caracteriza por alto grau de concentração.

A inviabilidade, até agora verificada, da exploração dos recursos mineiros conhecidos, entre os quais se salienta

a bauxite, com jazidas estimadas em 110 milhões de toneladas, as limitações postas pelas características estruturais e dinâmicas da economia a um desenvolvimento significativo da indústria, a natureza essencialmente artesanal das actividades piscatórias, acentuam a importância relativa e absoluta da agricultura no panorama económico da Guiné.

Apenas, com efeito, o comércio pode ser apontado como actividade relevante neste panorama, no qual, aliás, desempenha papel propulsor na incentivação da produção e na progressiva monetarização da economia.

4. Predomínio da economia de subsistência e escassez de espírito empresarial, aliás concentrado nos sectores secundário e terciário, constituem factores de retardamento no processo de crescimento que, não obstante, vem desenhando curva ascendente apreciável.

5. Na óptica das relações económicas externas, a Guiné não se afasta do padrão usual em economias deste tipo. As suas exportações são, de facto, caracterizadas por alto grau de concentração e dependência geográfica e por um ritmo de expansão mais lento do que o observável quanto às importações.

A assistência financeira da Administração Central e a circunstância de uma proporção muito elevada das suas exportações ser absorvida em condições favoráveis pelo mercado metropolitano dão a este quadro feição favorável do ponto de vista da balança de pagamentos.

6. A relativa rigidez das receitas públicas em confronto com a nítida tendência para o crescimento das despesas estaduais, nomeadamente resultante dos aumentos dos encargos com os sectores sociais, torna a província dependente, no que se refere a investimentos, da ajuda financeira da Administração Central. E ainda que se reconheça não ter ainda sido objecto de prospecção aprofundada, não se afigura provável encontrar na poupança local, nas condições actuais, possibilidades muito latas de mobilização para fins de formação de capital fixo.

2. Evolução demográfica

7. A população, segundo o censo de 1960, é de 544 715 habitantes, correspondendo a uma densidade média de 15 hab./km².

É escasso o elemento alienígena. A população autóctone compreende cerca de 98 por cento do total e é cons-

tituída por diversos agrupamentos étnicos bem diferenciados. Os principais são: os Balantas, que representam cerca de 30 por cento do total de habitantes; os Fulas, 20 por cento; os Manjacos, 14 por cento; os Mandingas, 12,5 por cento; os Papéis, 7 por cento, e os Brames, Beafadas, Bijagós, Felupes, Baiotes e Nalus, todos com quantitativos menores.

A população activa reparte-se pelos três sectores de actividade económica, segundo a proporção de:

Sector primário, 87,8 por cento;
Sector secundário, 3,2 por cento;
Sector terciário, 9 por cento.

8. A taxa anual média de crescimento demográfico situou-se, na década de 1950–1960, em cerca de 0,7 por cento. Este acréscimo natural, obtido a partir dos dados dos censos, deve estar subavaliado, porquanto ignora os fluxos migratórios para o Senegal.

Processam-se migrações de umas regiões para outras, em razão da pressão demográfica, que força as populações a procurarem novas áreas para cultura, e do tipo de agricultura itinerante frequentemente praticado.

As correntes migratórias com o exterior têm tido normalmente duas razões principais: as actividades agrícolas sazonais e a cultura da mancarra nos territórios vizinhos (em particular as transacções comerciais com a Gâmbia e o Senegal).

9. Partindo de uma hipótese, que se reconhece como aceitável, de crescimento demográfico a uma taxa anual cumulativa de 1 por cento, pode estimar-se em 620 000 habitantes a população total em 1978.

A estrutura etária não deverá modificar-se, prevendo-se que a respectiva distribuição, em 1978, atinja os seguintes efectivos:

Grupos de idades:	Milhares
Até aos 6 anos	155
7–14 anos	80,6
15–60 anos	359,6
Mais de 60 anos	24,8

3. Evolução do produto, rendimento e despesas internas

10. Os valores do rendimento nacional estimados para a Guiné traduzem-se em capitações da ordem de 3400$, em 1953, e 4700$, em 1963.

A evolução do rendimento provincial, a preços constantes, no período de 1958 a 1962, caracterizou-se por movimento nitidamente ascensional.

A distribuição percentual do rendimento nacional pelas suas principais categorias oferece o esquema constante do quadro seguinte:

Categoria do rendimento	1953	1954	1962	1963	Percentagem do aumento em 1963 em relação a 1954
Remuneração do trabalho	47,4	46,7	47,3	48,2	+ 71,3
Rendimento de empresas não constituídas em sociedade	42,9	44	42,8	41,8	+ 57,6
Rendimento da propriedade					
Rendimento do Estado proveniente do seu domínio privado e empresas	5,8	5,5	5,5	6,2	+ 87
Outras	3,9	3,8	4,4	3,8	+ 62,5
Rendimento nacional	100	100	100	100	+ 65,8

O desdobramento do rendimento global em fluxos monetários e fluxos não monetários e a respectiva repartição percentual dos dois circuitos põem em relevo a importância relativa da economia de subsistência, como se pode observar nos quadros seguintes:

Anos	Milhares de contos					
	A preços correntes			A preços de 1963		
	Total	Fluxos monetários	Fluxos não monetários	Total	Fluxos monetários	Fluxos não monetários
1954	1 644	418	1 226	1 744	444	1 300
1955	1 671	402	1 269	1 686	406	1 280
1956	1 778	476	1 302	1 885	504	1 381
1957	1 916	503	1 413	2 032	533	1 499
1958	1 989	536	1 453	2 088	562	1 526
1959	2 024	541	1 483	2 104	562	1 542
1960	2 097	507	1 590	2 138	517	1 621
1961	2 070	605	1 465	2 129	623	1 506
1962	2 125	613	1 512	2 107	608	1 499
1963	2 488	693	1 795	2 488	693	1 795

Anos	Percentagens		
	Total	Circuito monetário	Circuito não monetário
1954	100	25,4	74,6
1955	100	24,1	75,9
1956	100	26,8	73,2
1957	100	26,3	73,7
1958	100	26,9	73,1
1959	100	26,7	73,3
1960	100	24,2	75,8
1961	100	29,2	70,8
1962	100	28,8	71,2
1963	100	27,9	72,1

11. O produto interno bruto revela o predomínio dos ramos de actividade «Agricultura, silvicultura, caça e pesca», «Comércio por grosso e a retalho», «Administração pública e defesa» e «Serviços» (que, em conjunto, representam mais de 95 por cento do produto) sobre os restantes, alguns do quais, como «Electricidade, gás e água», «Transportes, entrepostos e comunicações» e «Propriedade de casas de habitação», não atingem sequer 1 por cento na sua participação relativa. No quadro seguinte indica-se essa participação relativa de cada um dos ramos de actividade económica na formação do produto interno bruto aos preços do mercado nos anos de 1953, 1962 e 1963:

Ramos de actividade	Participação relativa		
	1953	1962	1963
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	22,7	17,9	18
Indústrias extractivas	—	—	—
Indústrias manufactureiras	1,8	1,2	1,3
Construção	1	0,9	0,9
Electricidade, gás e água	0,5	0,8	0,7
Transportes, entrepostos e comunicações	0,6	0,3	0,4
Comércio por grosso e a retalho	29,7	29,3	29,2
Bancos, seguros e transacções sobre imobiliário	×	×	×
Propriedade de casas de habitação	0,5	0,6	0,5
Administração pública e defesa	9,5	11	11,1
Serviços	33,7	38	37,9
Produto interno bruto aos preços do mercado	100	100	100

Pode concluir-se que, com excepção das componentes «Administração pública e defesa» e «Serviços», que melhoraram, e de «Electricidade, gás e água», que estacionou, todas as restantes viram reduzir, em favor daquelas, a sua participação relativa no produto interno bruto.

Preços constantes

Ramos de actividade	Milhares de contos				
	1953	1954	1959	1962	1963 (a)
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	107,5	117,2	137,2	137,9	149,5
Indústrias extractivas	—	—	—	—	—
Indústrias manufactureiras	8,5	8,6	11	9,5	10,4
Construção	4,9	4,4	6,6	6,8	7,4
Electricidade, gás e água	2,3	2,5	3,7	5,9	5,9
Transportes, entrepostos e comunicações	2,9	3,1	3,3	2,6	3
Comércio por grosso e a retalho	140,6	151,4	191,9	225,2	243,4
Bancos, seguros e transacções sobre imobiliário	×	×	×	×	×
Propriedade de casas de habitação	2,3	1,4	4	4,3	4,4
Administração pública e defesa	45,2	50,1	81,3	85	92,7
Serviços	160	181	238,3	292,5	316
Produto interno bruto aos preços do mercado	474,2	519,7	677,3	769,7	832,7
Menos: impostos indirectos menos subsídios	44,5	51,5	69,7	65,9	50
Produto interno bruto ao custo dos factores	429,7	468,2	607,6	703,8	782,7

(a) A preços correntes.

12. A despesa de consumo privado, que constitui a principal componente da despesa imputada ao produto nacional bruto (72, 85 e 96 por cento, respectivamente em 1953, 1962 e 1963), engloba as despesas de consumo das famílias e as dos organismos privados sem fins lucrativos, aquelas participando com cerca de 98,9 por cento do total e estas com uma diminuta percentagem, que, em regra, pouco excede 1 por cento, mostrando como é pequena a importância directa que o sector associativo tem no circuito económico monetário da província.

A despesa de consumo privado, a preços correntes, revela ao longo do período considerado (1953, 1962 e

1963) um movimento ininterruptamente ascensional, que se mantém para os valores a preços constantes, se exceptuarmos uma breve paragem em 1955. Este movimento foi fundamentalmente imprimido pela aquisição de géneros alimentícios, cuja participação total é, em média, da ordem dos 56 por cento e sofre a influência dos bons e maus anos agrícolas, que fazem variar a importância do autoconsumo na economia da Guiné.

A preços correntes

Rubricas	Milhares de contos			
	1953	1954	1962	1963
Despesa de consumo privado . .	332,1	362,1	648,1	799,2
Despesa de consumo das famílias	328,1	358,5	642	790,1
Despesa com géneros alimentícios	179	184,4	380,5	485,5

A importância relativa das principais componentes da despesa de consumo das famílias pode ser observada no quadro seguinte:

Componentes	Percentagens			
	1953	1954	1962	1963
Géneros alimentícios	54,5	51,4	59,3	61,4
Bebidas	4,7	4,9	4,9	7
Tabaco	2,6	2,2	3,9	3,4
Artigos de vestuário e outros objectos de uso pessoal	8,1	9,6	5,1	4,5
Rendas e consumo de água . . .	10	10	9,9	8,2
Aquecimento e iluminação . . .	1,4	1,3	1,8	2,2
Mobiliário e artigos domésticos	8,4	10	5,6	4,7
Conservação e limpeza da casa	3,2	3,4	2,6	2,4
Cuidados pessoais e médicos . .	1,3	1,2	0,7	0,6
Transportes e comunicações . .	2	2,3	3,3	3
Distracções e divertimentos . .	2,7	2,6	2,1	1,8
Serviços diversos	1,1	1,1	0,8	0,8
Despesa de consumo das famílias . . .	100	100	100	100

Os valores da despesa imputada ao produto nacional bruto, cuja evolução apresenta natural similitude com a do produto interno e do rendimento provável, são também

relativamente modestos, embora revelando um acréscimo bastante satisfatório (à volta de 6 por cento) por ano. E o dualismo económico da província, com um carácter predominantemente de subsistência, que faz aparecerem baixos esses valores. A inclusão dos fluxos não monetários elevá-los-ia para um nível mais adequado à verdadeira realidade económica.

Despesa imputada ao produto nacional bruto

A preços correntes

Espécies	Milhares de contos			
	1953	1954	1962	1963
Só com fluxos monetários	460,2	481,1	765,3	828,4
Com inclusão de fluxos não monetários	1 492,2	1 707,6	2 277,4	2-623,3

Como se observa, a despesa imputada aos fluxos monetários representa apenas, em média, 31,5 por cento do produto nacional bruto global.

No quadro seguinte pode agora ver-se a participação percentual das várias componentes do produto nacional bruto, no qual, como é evidente, a despesa de consumo privado figura em lugar cimeiro com mais de 80 por cento, em média, do total, revelando, como noutro momento se acentuou, uma satisfatória cadência de crescimento:

Componentes	1953	1962	1963
Despesa de consumo privado	72,2	84,7	96,5
Despesa de consumo do Estado	14,6	18,1	17,9
Na formação bruta de capital fixo interno	10,3	16	13,5
Aumento de existências . . .	×	×	×
Exportação de bens e serviços	39,1	24,7	20,1
Menos: importação de bens e serviços	— 35,1	— 42,9	— 47,5
Rendimento líquido de factores recebidos do exterior . . .	— 1,1	— 0,6	— 0,5
Despesa imputada ao produto nacional bruto (preços do mercado).	100	100	100

13. Manteve a formação bruta de capital fixo uma cadência acelerada, paralela e semelhante à despesa do sector público, o que se explica por ter sido o sector Estado o principal responsável por essa cadência.

Componente	1953	1954	1959	1960	1961	1962	1963
Percentagem da formação bruta de capital fixo interno em relação à despesa nacional (despesa imputada ao produto nacional bruto)	10,3	7,3	10,4	20,6	14,8	16	13,5

No decurso do decénio de 1953–1962 a formação bruta de capital fixo interior, a preços constantes, subiu de 48,4 milhares de contos para 122,2 milhares em 1962.

4. Relações económicas com o exterior

14. O desequilíbrio estrutural há muito acusado pela balança comercial tem-se agravado sensivelmente a partir de 1962.

	Milhares de contos						
	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Importações (*total*)	*243,3*	*321,8*	*292,1*	*343,4*	*407,2*	(a) *431,5*	*419,3*
Metrópole	149,1	164,4	202	245,9	303,5	288,6	281,6
Ultramar	7	7,7	6,7	9,7	15	13,2	17,5
Estrangeiro	84,4	130,3	82,3	85,5	87,3	118,8	119,6
Origens ignoradas	2,8	19,4	1,1	2,3	1,4	10,9	0,7
Exportações (*total*)	*198,6*	*125,9*	*211,2*	*188,8*	*166,5*	*156,2*	*105,8*
Metrópole	185,5	119,1	170,2	169,2	153,7	148,3	96
Ultramar	4,2	1,9	3	1,9	1,7	1	0,9
Estrangeiro	8,9	4,9	38	17,7	11,1	6,9	8,9
Saldo	— *44,7*	— *195,9*	— *80,9*	— *154,6*	— *240,7*	— *275,3*	— *313,5*
Índice de cobertura	*81,6*	*39,1*	*72,3*	*55*	*40,9*	*36,2*	*25,2*

(a) Não inclui a importação do Estado a partir de Abril de 1964.

O índice de cobertura das importações pelas exportações, salvo o ano excepcional de 1960, tem vindo a retroceder: de 81,6 por cento em 1959 passou para 25,2 por cento em 1965. Este indicador traduz com clareza e simultaneidade os seguintes fenómenos: crescimento rápido das importações no último quadriénio e contracção das exportações.

A dependência da metrópole é muito elevada. Excepto tuando 1959, a posição do movimento comercial com o território metropolitano tem sido sempre deficitária, acentuando-se a partir de 1962.

A exportação para os mercados estrangeiros, que nunca foi relevante tem-se reduzido (8920 contos em 1965). Em contrapartida, as importações têm sofrido notável acréscimo nos últimos quatro anos (119 617 contos em 1965).

Análogamente, as relações comerciais, com as restantes parcelas do ultramar, de pequena importância, têm diminuído quanto a exportações (914 contos em 1965) e aumentado quanto a importações (17 489 contos em 1965).

Entre os produtos importados avultam o arroz, a farinha de trigo, a batata, o vinho, a cerveja, o tabaco, a gasolina, o gasóleo, os medicamentos, os tecidos de algodão, os tambores vazios ou servindo de tara e as viaturas automóveis.

Designações gerais das mercadorias agrupadas por secções da pauta aduaneira	Contos				
	1961	1962	1963	1964	1965
Animais vivos e produtos do reino animal	7 664	9 174	11 687	14 261	17 961
Produtos do reino vegetal	10 112	23 828	30 293	46 761	42 110
Produtos das indústrias alimentares, bebidas alcoólicas e tabacos	56 891	62 292	76 012	76 948	70 080
Produtos minerais	24 684	31 877	45 811	59 011	48 710
Produtos de indústrias químicas e conexas	15 208	20 256	22 792	23 871	23 804
Matérias têxteis e respectivas obras	57 383	85 093	68 031	72 739	104 089
Metais comuns e respectivas obras	18 009	21 134	22 921	22 053	28 595
Máquinas e aparelhos; material eléctrico	18 336	26 720	24 394	23 163	32 992
Material de transporte	22 996	25 480	59 895	39 950	13 411
Armas e munições	31 752	5 423	13 764	15 387	539

Entre os territórios de origem ocupam posição de relevo a metrópole, o Reino Unido, os Estados Unidos da América, o Malawi, a República Federal da Alemanha, a Holanda, a França e o Canadá.

A exportação de quase todos os produtos evidencia certa tendência decrescente.

Produtos	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Amendoim com casca:							
Toneladas	29 568	18 823	33 630	23 964	24 354	19 933	1 637
Contos	85 953	54 830	97 195	68 537	70 117	57 337	4 683
Amendoim descascado:							
Toneladas	9 896	5 223	6 376	14 742	12 496	14 091	13 578
Contos	42 055	23 981	29 068	64 716	55 259	61 857	59 609
Coconote:							
Toneladas	14 974	6 798	16 652	17 638	12 356	9 076	8 995
Contos	44 781	21 595	47 667	38 211	23 628	25 743	30 224
Madeira em bruto:							
Toneladas	6 250	8 698	12 884	11 863	12 696	2 988	1 640
Contos	2 548	3 476	5 092	4 795	5 340	1 249	683
Madeira serrada:							
Toneladas	4 107	4 853	5 494	5 303	3 968	630	1 766
Contos	2 650	3 258	3 548	3 426	2 617	415	1 165
Couros de gado bovino:							
Toneladas	350	432	378	223	192	227	269
Contos	3 008	3 794	3 337	1 958	1 619	1 667	1 971
Peles de outros animais:							
Toneladas	25	59	39	17	31	17	7
Contos	184	1 521	943	457	1 179	1 368	561

Bagaços de amendoim:							
Toneladas	742	249	933	630	(a) 965	1 039	1 231
Contos	630	211	866	557	1 622	1 489	1 899
Óleo de palma:							
Toneladas	602	192	34	47	75	0,1	–
Contos	2 890	929	175	166	255	0,3	–
Cera animal:							
Toneladas	82	209	81	72	62	57	83
Contos	1 489	3 765	1 445	1 274	1 094	1 009	1 595
Óleo de amendoim:							
Toneladas	–	41	9	29	43	67	41
Contos	–	531	121	363	563	691	531
Borracha em bruto e prensada:							
Toneladas	58	208	126	40	31	54	44
Contos	511	1 871	1 228	362	274	481	394
Castanha de caju:							
Toneladas	0,5	1	4	–	–	125	(c) 97
Contos	0,5	4	18	–	–	222	–
Gergelim:							
Toneladas	174	161	149	123	135	37	–
Contos	730	712	657	538	587	163	–
Farinha de peixe:							
Toneladas	167	237	–	–	(b) 28	–	–
Contos	251	403	–	–	41	–	–

Produtos	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Arroz:							
Toneladas	1 269	1	604	261	9	9	–
Contos	4 154	4	1 970	851	30	30	–
Farelo de arroz:							
Toneladas	1 017	451	1 236	–	–	–	–
Contos	610	295	742	–	–	–	–
Bagaços de coconote:							
Toneladas	47	14	71	–	–	–	–
Contos	25	9	60	–	–	–	–
Purgueira:							
Toneladas	2	5	–	–	–	–	–
Contos	4	8	–	–	–	–	–
Massa saponificada:							
Toneladas	1	16	135	–	–	–	–
Contos	1	6	88	–	–	–	–

(*a*) Inclui também os bagaços de coconote.
(*b*) Refere-se apenas à exportação para a metrópole.
(*c*) Previsão para o total do ano.

É extraordinàriamente elevado o grau de concentração das exportações: dois únicos produtos — o amendoim e o coconote — polarizam os fornecimentos da Guiné ao exterior, o que faz com que a sua economia seja altamente vulnerável às condições climatéricas e às flutuações da procura externa. Com a pronunciada baixa na exportação de madeira em bruto e serrada verificou-se um agravamento do nível da concentração em torno dos dois produtos básicos: 89,3 por cento do valor total exportado em 1965 couberam ao amendoim e ao coconote.

O grosso dos produtos exportados pela Guiné tem o seu mercado na metrópole. A província de Cabo Verde é um importador tradicional de óleo de amendoim, madeira e arroz descascado. Entre os raros países importadores estrangeiros apenas interessa fazer menção à República Federal da Alemanha, à Holanda, à Checoslováquia, à França e ao Reino Unido.

Após ter acusado deterioração lenta, o valor médio da tonelada evidenciou uma nítida melhoria em 1964 e 1965. Pode considerar-se este indicador significativo, dada a natureza bastante uniforme e concentrada das suas exportações.

Em contrapartida, notou-se um decréscimo sensível no valor da tonelada importada a partir de 1961, conclusão, em primeira análise, pouco representativa, em virtude da natureza diversificada das importações e diferentes pesos das suas componentes. Deve-se ter registado, em qualquer caso, uma ligeira melhoria das razões de troca de economia externa guineense.

Anos	Preço — Toneladas exportadas		Preço — Toneladas importadas		Razão entre (2) e (4)
	Valor — Escudos (1)	Índice (2)	Valor — Escudos (3)	Índice (4)	(5)
1959	2 837	100	7 917	100	100
1960	2 621	92,4	9 133	115,4	80,1
1961	2 621	92,4	9 478	119,7	77,2
1962	2 435	85,8	8 504	107,4	79,9
1963	2 375	83,7	7 457	94,2	88,9
1964	3 117	109,9	6 931	87,5	125,6
1965	3 344	117,9	7 016	88,6	133,1

15. Apesar dos *deficits* da balança comercial, a posição face ao exterior, no que respeita aos pagamentos interter-

ritoriais e internacionais, é satisfatória e a província tem podido solver os seus compromissos cambiais, como pode observar-se no quadro seguinte. O *deficit* considerável apurado em 1968 encontra-se, no presente, totalmente absorvido, mostrando a balança cambial um saldo francamente credor.

Cambiais	1959	1960	1961	1962	1963 (a)	1964	1965 (b)
Arrecadadas:							
Crédito da província	198 823	140 833	216 241	262 648	288 551	429 973	416 507
Despendidas:							
Débito da província	211 990	144 126	209 659	271 042	304 899	418 815	398 418
Saldo do exercício . .	— 13 167	— 3 293	+ 6 582	— 8 394	— 16 348	+ 11 158	+ 18 089
Saldo do ano anterior	+ 28 873	+ 15 706	+ 12 413	+ 18 995	(a)	— 16 348	— 5 190
Saldo que transita . .	+ 15 706	+ 12 413	+ 18 995	+ 10 601	— 16 348	— 5 190	+ 12 899

(a) Em Março de 1963 entrou em vigor na província o sistema de pagamentos interterritoriais, o que provocou uma alteração na contabilização do movimento cambial.

(b) No período de Janeiro-Outubro.

Esta situação favorável de pagamentos externos deve-se à arrecadação de invisíveis e, particularmente, em 1964 e 1965, às transferências realizadas pelo Estado.

Quanto à origem e proveniência das divisas, as relações com a metrópole dominam o quadro das transacções correntes e dos movimentos de capitais da Guiné. Seguem-se-lhe em importância, mas já muito distanciados, o estrangeiro e as províncias de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

5. Perspectivas de crescimento económico

16. No panorama económico da Guiné nota-se como sector fundamental, no passado, no presente e no futuro, o sector agrícola. Não parece, com efeito, lícito contar com os restantes sectores (com excepção da pesca e da indústria extractiva, neste último caso na condição de se encontrar situação rentável para a exploração das bauxites do Boé e de se confirmarem as expectativas de jazidas de hidrocarbonetos) como propulsores desta economia, mas sim como sectores susceptíveis de expansão induzida.

A análise genérica das características essenciais da agricultura guineense leva a indicar como sentidos mais prometedores da expansão do seu produto, e, por conseguinte, do produto interno global, o aumento da produtividade por unidade de superfície e por agricultor e a diversificação da gama produtiva. Tais sentidos de acção não envolvem volumes de investimentos proporcionais aos acréscimos de produção resultantes, mas implicam a possibilidade de disposição de recursos técnicos amplos, flexíveis e perfeitamente adaptados ao meio em que vão agir através de um esforço intenso de extensão agrária, de combate às doenças e parasitas das plantas e dos animais, de distribuição de sementes e reprodutores melhorados, etc.

Há, além disso, que levar em conta a necessidade de vencer a resistência, alicerçada em práticas rotineiras e em fundamentos etno-culturais, às inovações, aos métodos de trabalho não familiares, o que é característica das sociedades agrícolas tradicionais em todas as latitudes.

17. A aceleração do processo de integração da economia de subsistência e a propagação do espírito da empresa, tão escasso em estruturas sócio-económicas deste tipo, deverão, por outro lado, constituir, na programação do desenvolvimento da província, outra linha de preocupação e de esforços a prosseguir, não apenas através do efeito de demonstração e do apoio decidido às novas iniciativas e aos novos empresários, mas também por uma intensa actividade de informação e educação.

Daí o significado económico de toda a acção a desenvolver no campo da promoção social através da educação, da melhoria das condições de vida, da assistência sanitária, do combate às grandes endemias e da subida e enriquecimento do nível alimentar das populações não alienígenas, acção esta cujo impulso essencial se encontra no propósito de valorização humana que constitui constante da acção portuguesa no mundo.

18. Como apoio a todo este complexo de acções, haverá que prosseguir e ampliar a obra realizada em matéria de infra-estruturas, nomeadamente no que diz respeito ao completamento da rede rodoviária e de comunicações, a melhoria dos portos disponíveis e a aceleração dos investimentos de natureza social, cuja disponibilidade representa normalmente para as populações guineenses sinal mais evidente da utilidade do planeamento sócio-económico e impulso mais decisivo para uma maior comparticipação na obra a realizar.

CAPÍTULO II

Objectivos

19. No caso particular da Guiné, os objectivos gerais devem ser explicitados atendendo à necessidade de:

a) Assegurar um ritmo de acréscimo do produto provincial mais acelerado;

b) Procurar reduzir as disparidades de padrões de vida e níveis de rendimento dos estratos sócio-económicos em que se reparte a estrutura social da população, nomeadamente através de três grandes ordens de esforços:

Promoção social da população do sector tradicional, em particular dos pontos de vista cultural, sanitário e alimentar;

Fomento de actividades que promovam a integração do autóctone nos circuitos de economia de mercado;

Medidas e incentivos que concorram para a expansão do sector empresarial.

Neste contexto, importa, porém, notar ter sido considerado urgente que através do III Plano se realizasse um equilíbrio entre classes de investimentos programados, por forma a que não fossem prejudicados os seus objectivos, nem um grau suficiente de produtividade dos empreendimentos, nem a estabilidade financeira provincial. Houve que ponderar a selecção dos novos investimentos, com a preocupação dominante de evitar desperdícios e resolver de maneira satisfatória a opção ao nível das prioridades, entre investimentos de menor período de maturação e mais directa reprodutividade e investimentos de repercussões menos visíveis e mais diferidas (investigação, experimentação, estudos básicos incidentes sobre os vários sectores e infra-estruturas económicas e sociais).

20. Em virtude da presente conjuntura e da dificuldade em se aproveitarem as tendências do passado e as perspectivas do presente para extrapolar as projecções de desenvolvimento futuro, afigurou-se pouco operante a aplicação da metodologia correntemente seguida na construção de modelos de crescimento.

O grau de relevância da economia monetária e a fraca densidade da estrutura e cobertura empresarial não permitem a formulação em termos válidos de modelo formal de desenvolvimento.

21. Convém ainda referir que, para absorver o acréscimo demográfico no período do III Plano, sem entrar em linha de conta com uma eventual política de transferência de população activa subempregada no sector primário, haverá que criar os seguintes novos empregos nos sectores secundário e terciário:

Anos:	Empregos
1968	3 388
1969	3 422
1970	3 455
1971	3 491
1972	3 525
1973	3 560

A política económica em geral, e a agrícola em particular, deverão, pois, contar com um aumento substancial da população na agricultura e visar uma utilização mais intensiva da população activa rural subempregada e em expansão, em ordem à melhoria das produtividades da terra e do trabalho.

CAPITULO III

Financiamento do programa provincial de investimentos

1. Administração Central

22. O recurso a esta fonte de financiamento assegurou nos anteriores planos de fomento a cobertura quase total dos investimentos nela inscritos.

Com efeito, aquela ajuda só não cobriu integralmente, como se pode ver no quadro seguinte, os investimentos no II Plano, em que abrangeu 64,4 por cento do total.

Planos de fomento	Total dos investimentos (1)	Ajuda financeira da metrópole		Percentagens	
		Orçamentada (2)	Despendida (3)	(2) em (1)	(3) em (1)
I Plano	84 531	86 200	84 531	102	100
II Plano	178 400	134 069	114 900	75,2	64,4
Plano Intercalar (*a*)	180 000	180 000	×	100	×
Plano Intercalar (1965)	32 284	(*b*) 39 169	32 284	121,3	100

(*a*) Para todo o Plano.
(*b*) Dotação ajustada.

23. Para o III Plano de Fomento são apresentadas, como fontes de financiamento, a Administração Central (57,8 por cento), administração local (5,3 por cento), organismos autónomos (2,1 por cento), autofinanciamento das empresas privadas (4 por cento) e financiamentos externos (31,3 por cento). Julga-se, também, possível vir a afectar ao financiamento do Plano as receitas provenientes da cobrança de rendas à concessionária das pesquisas petrolíferas.

A previsão apresentada, a par de uma diversificação de fontes inexistentes no Plano Intercalar de Fomento, manifesta tendência para uma maior participação de recursos locais, embora não se afigure de momento possível esperar qualquer contribuição das finanças provinciais.

2. Administração provincial

24. De acordo com as estimativas provisórias das contas provinciais em 1962, era de 21,8 por cento a razão entre as despesas públicas (ordinárias e extraordinárias) e a despesa imputada ao produto provincial bruto a preços de mercado (despesa provincial); e de 26,8 por cento a proporção entre as receitas públicas (ordinárias e extraordinárias) e o rendimento provincial. A despesa de consumo do Estado participava em 18,4 por cento na despesa provincial.

25. O quadro seguinte esclarece sobre a evolução das receitas ordinárias e extraordinárias arrecadadas.

Receitas públicas

Receitas	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Ordinárias (valores em contos)	129 264	112 705	127 743	134 945	140 676	153 266
Números-índices	*100*	*87*	*99*	*104*	*109*	*119*
Extraordinárias (valores em contos)	24 066	28 366	39 986	29 683	35 013	48 746
Números-índices	*100*	*118*	*166*	*123*	*145*	*203*
Total (valores em contos)	153 330	141 071	167 729	164 628	175 689	202 012
Números-índices	*100*	*92*	*109*	*107*	*115*	*132*

Observa-se que, a despeito da situação anormal, as receitas totais cresceram regularmente, tendo contribuído especialmente para o acréscimo global o incremento das receitas extraordinárias. As receitas ordinárias cobradas evoluíram, por classes, da forma seguinte:

Capítulos	Receita	1959	1960	1961	1962	1963	1964
1.º	Impostos directos gerais (contos)	35 930	32 604	38 256	47 851	47 160	41 610
	Índices	*100*	*91*	*106*	*133*	*131*	*116*
2.º	Impostos indirectos (contos)	32 743	29 004	33 347	33 048	33 156	34 501
	Índices	*100*	*89*	*102*	*101*	*101*	*105*
3.º	Indústrias em regime tributário especial (contos)	3 311	2 107	4 121	3 618	3 205	20 824
	Índices	*100*	*64*	*124*	*109*	*97*	*629*
4.º	Taxas — Rendimentos de diversos serviços (contos)	18 232	12 517	13 715	13 348	19 181	21 721
	Índices	*100*	*69*	*75*	*73*	*105*	*119*
5.º	Domínio privado, empresas e indústrias do Estado — Participação de lucros (contos)	813	1 150	1 101	1 116	688	1 250
	Índices	*100*	*141*	*135*	*137*	*85*	*154*

Capítulos	Receita	1959	1960	1961	1962	1963	1964
6.º	Rendimento de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias (contos)	— 3 216	— 3 884	— 3 373	— 3 231	— 4 680	— 3 944
	Índices	*100*	*121*	*105*	*100*	*146*	*123*
7.º	Reembolsos e reposições	35 019	31 439	33 830	32 733	32 597	29 416
	Índices	*100*	*90*	*97*	*93*	*93*	*84*
8.º	Consignação de receitas (contos)	129 284	112 706	127 743	134 945	140 676	153 266
	Índices						
	Soma						

26. A tendência de evolução das receitas extraordinárias foi dominada, no hexénio em análise, por duas forças de sentidos opostos: o decrescimento, até à anulação em 1964, do «Rendimento de concessões petrolíferas» e o acentuado crescimento dos empréstimos da metrópole ao abrigo dos planos de fomento. Em 1966 foi afectada ao financiamento do Plano Intercalar de Fomento a importância de 40 000 contos, correspondente à renda de concessão petrolífera, renovada no princípio do ano, devida pelo ano de 1966 e pela antecipação de 25 por cento das rendas dos quatro anos imediatamente seguintes:

Fontes de financiamento	Milhares de contos					
	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Saldos de anos económicos findos	9,2	6	3,6	–	2,4	1,8
Rendimento de concessões petrolíferas	14,8	22,8	22,4	1,9	1,5	–
Empréstimo da metrópole	–	0,5	13,5	27,7	26,7	42
Outros recursos	–	–	0,4	–	4,4	4,9
Total	24	29,3	39,9	29,6	35	48,7

27. E de frisar a «recuperação» das despesas públicas, quer ordinárias, quer extraordinárias, a partir de 1962, e em especial de 1963 para 1964.

Despesas	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Ordinárias (contos)	126 250	112 393	123 663	131 456	138 005	148 673
Números-índices	*100*	*89*	*98*	*104*	*109*	*118*
Extraordinárias (contos)	24 862	28 610	41 972	31 743	35 013	48 746
Números-índices	*100*	*115*	*169*	*128*	*141*	*196*
Total (contos)	151 112	141 003	165 635	163 199	173 018	197 419
Números-índices	*100*	*93*	*110*	*108*	*114*	*131*

No mapa abaixo discriminam-se as variações das despesas ordinárias por capítulos:

Capítulos	Designação da despesa	1959	1960	1961	1962	1963	1964
1.º	Dívida da província (contos)	9 979	9 979	9 979	10 952	12 262	13 516
	Índices	*100*	*100*	*100*	*110*	*123*	*135*
2.º	Governo da província e representação nacional (contos)	886	726	842	838	905	1 175
	Índices	*100*	*82*	*95*	*95*	*102*	*133*
3.º	Aposentação, jubilações, pensões e reformas (contos)	4 789	4 526	5 539	5 707	5 827	5 805
	Índices	*100*	*95*	*116*	*119*	*122*	*121*
4.º	Administração geral e fiscalização (contos)	32 732	31 136	35 065	37 733	40 395	44 210
	Índices	*100*	*95*	*107*	*115*	*123*	*135*
5.º	Serviços de Fazenda (contos)	5 777	5 776	6 757	6 667	6 837	7 283
	Índices	*100*	*100*	*117*	*115*	*118*	*126*
6.º	Serviços de justiça (contos)	581	534	550	827	1 006	1 276
	Índices	*100*	*92*	*95*	*142*	*173*	*220*
7.º	Serviços de fomento (contos)	25 995	21 927	22 204	21 256	24 326	32 969
	Índices	*100*	*84*	*85*	*82*	*94*	*127*

Capítulos	Designação da despesa	1959	1960	1961	1962	1963	1964
8.º	Defesa nacional — Forças armadas (contos)	11 920	8 480	11 611	12 108	12 069	12 090
	Índices	*100*	*71*	*97*	*102*	*101*	*101*
9.º	Serviços de marinha (contos)	3 171	2 955	3 162	3 093	3 132	3 355
	Índices	*100*	*93*	*100*	*98*	*99*	*106*
10.º	Encargos gerais (contos)	29 900	25 996	27 302	28 531	30 954	26 685
	Índices	*100*	*87*	*91*	*95*	*104*	*89*
11.º	Exercícios findos (contos)	520	358	651	3 744	292	309
	Índices	*100*	*69*	*125*	*720*	*56*	*59*
	Total (contos)	126 250	112 393	123 662	131 456	138 005	148 673
	Índices	*100*	*89*	*98*	*104*	*109*	*118*

28. As despesas extraordinárias foram quase exclusivamente cobertas pelas verbas provenientes das fontes de financiamento indicadas na rubrica relativa a despesas extraordinárias:

Despesas extraordinárias	Milhares de contos					
	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Total	**24,8**	**23,6**	**41,9**	**31,7**	**35**	**48,7**
Planos de fomento	*16,8*	*23,3*	*39,9*	*29,7*	*28,8*	*39,8*
Aproveitamento de recursos — Agricultura, silvicultura e pecuária	7,8	9,5	9,3	9,3	8	8,3
Electricidade e indústria — Pesca	0,1	0,2	0,3	1,3	1	1,2
Comunicações e transportes	8,9	8,4	22	16	16,4	25,9
Instrução	—	2,1	4	2,7	2,9	3,9
Equipamento de serviços públicos	—	3,1	4,3	0,4	0,5	0,5
Outras despesas extraordinárias	*8*	*5,3*	*2*	*2*	*6,2*	*8,9*

29. Do exposto se conclui que a província não pode contar com segurança com recursos financeiros próprios para cobertura dos investimentos para o seu desenvolvimento.

3. Administração local

30. A verba inscrita nesta rubrica do financiamento corresponde na totalidade a investimentos que a Câmara Municipal de Bissau projecta levar a efeito no decurso do III Plano de Fomento, em cuja execução aplicará recursos provenientes de receitas próprias e, ainda em complemento destes, os que, por empréstimo, conta vir a obter de instituições de crédito.

4. Organismos autónomos

31. Sob esta classificação incluem-se os investimentos dos CTT e da Administração do Porto de Bissau, no total

de 27 100 contos, cuja execução é suportada por disponibilidades provenientes de receitas próprias e, eventualmente, também por recurso a empréstimo bancário.

5. Instituições de crédito

32. O crédito privado é praticado quase exclusivamente pelo único estabelecimento bancário da província, a filial do Banco Nacional Ultramarino, sob a forma de crédito comercial a curto e médio prazos. Este Banco contribuiu também para o financiamento do Plano Intercalar de Fomento através de um empréstimo ao Governo provincial no montante de 12 000 contos, aplicado no sector dos transportes e comunicações.

Funciona também uma Caixa Económica Postal, que outorga crédito sobre garantia imobiliária e vencimentos. A escassez do seu volume de depósitos impõe-lhe um papel muito limitado como eventual fonte de financiamento do desenvolvimento.

A «Caixa de Crédito», já criada e cujo objectivo é a concessão de crédito agrícola, pecuário, industrial e imobiliário com vista ao desenvolvimento económico-social da Guiné, é o primeiro instituto de crédito especializado verdadeiramente orientado para a satisfação das necessidades do financiamento da economia provincial.

Para além do financiamento dos empreendimentos previstos no III Plano, nos sectores de obras públicas em autarquias locais e da comparticipação no crédito predial, há ainda possibilidade de os bancos comparticiparem também no capital e investimentos no sector privado.

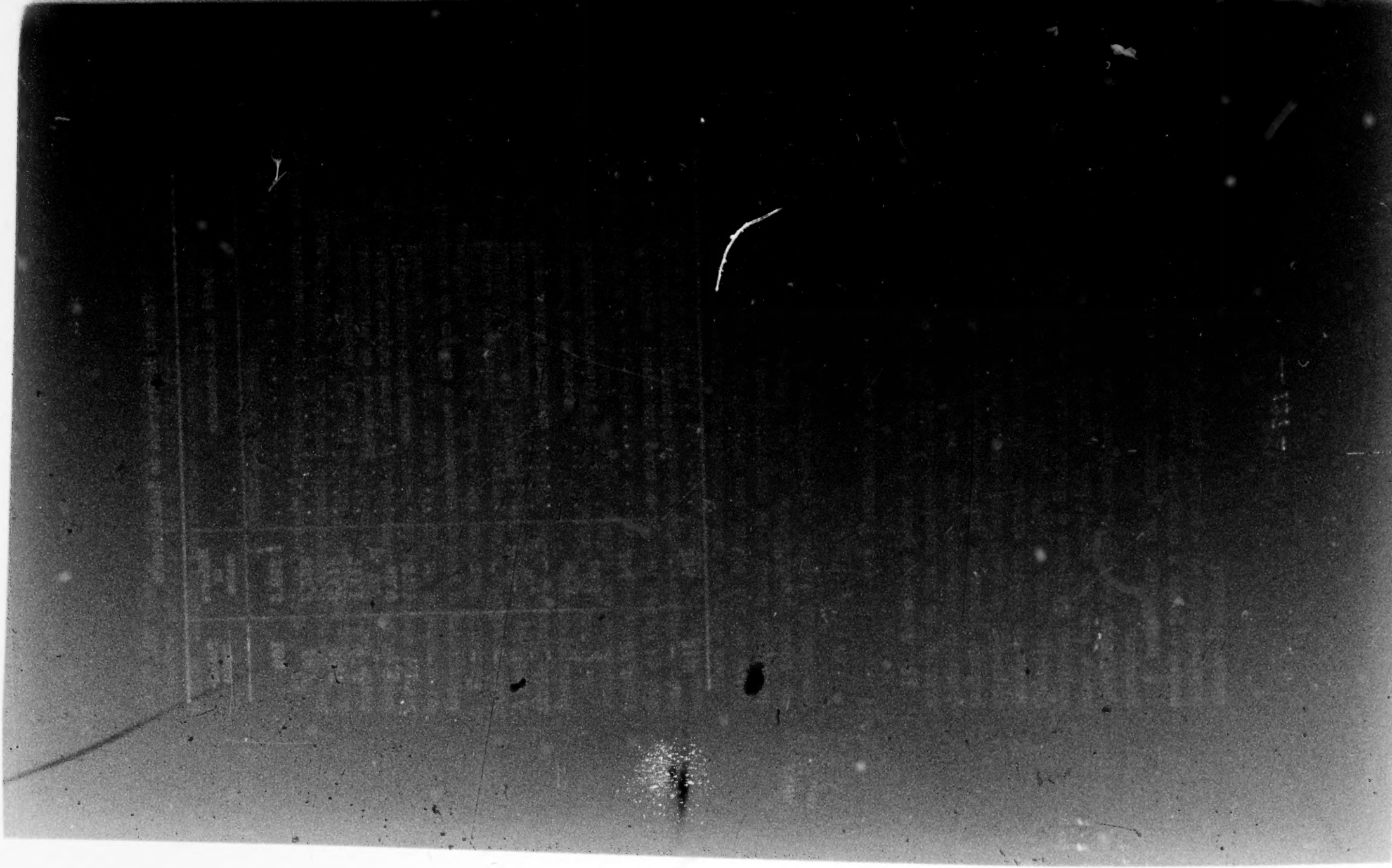
6. Particulares e empresas

33. Admite-se poder dispor-se, em capitais de origem externa, de um montante de 394 000 contos para a pesquisa de hidrocarbonetos naturais. A este quantitativo poderão juntar-se, provenientes de autofinanciamento de empresas, da mobilização da poupança local ou do recurso destes ao crédito externo, os montantes necessários para financiar, com o sector público, a instalação de novas empresas de pesca e transformação de pescado, da primeira fase do entreposto frigorífico de Bissau e para montagem de outros complexos fabris de bebidas refrigerantes.

A mobilização da poupança local de empresas e famílias é ponto a considerar, assim como, no processo de desenvolvimento, a possível participação do Banco de Fomento Nacional.

Resumo do programa de financiamento

Fontes de financiamento	Milhares de contos	Percentagens
Total	**1 259,3**	**100**
Fontes nacionais	*865,3*	*68,7*
Estado	814,8	64,7
Administração Central	721,1	57,3
Administração provincial	p. m.	–
Administração local	66,6	5,3
Organismos autónomos	27,1	2,1
Fundos	–	–
Institutos de crédito e empresas seguradoras	–	–
Caixas económicas	–	–
Banco de Fomento Nacional	p. m.	–
Bancos comerciais	p. m.	–
Empresas seguradoras	–	–
Particulares e empresas	50,5	4
Autofinanciamento	50,5	4
Fontes externas	*394*	*31,3*
Financiamentos puros ou para a aquisição de equipamento	–	–
Investimentos directos	394	31,3



CAPITULO IV

Programas sectoriais

I) Agricultura, silvicultura e pecuária

1. Evolução recente e problemas actuais

34. A Guiné apresenta uma estrutura típica das economias do continente africano. Efectivamente, observa-se a coexistência de um sector da economia de subsistência ou tradicional, no qual vive a grande massa da população, e de um sector de economia de mercado ou monetário. Segundo estimativas de 1962, o primeiro participa com 71,2 por cento no rendimento nacional e o segundo com 28,9 por cento.

Por isso, o desenvolvimento económico terá de processar-se alicerçado no fomento e comercialização da agricultura tradicional e na implantação de indústrias transformadoras de produtos agrícolas.

Para já, importa sobremaneira, em ordem ao estabelecimento das funções de uma lavoura racional e ao incremento da sua produtividade:

a) Promover a transformação das técnicas agrícolas, mediante um esforço simultâneo de investigação básica, experimentação e vulgarização;

b) Tomar medidas para a conservação da fertilidade dos solos;

c) Introduzir métodos intensivos de cultivo e culturas regadas (hortas e pomares) que ajudem, paralelamente, à resolução dos problemas do desemprego estacional;

d) Abandonar o puro regime colector, substituindo-o, progressivamente, por uma economia de plantação;

e) Vencer a monocultura, realizando uma diversificação de culturas que subtraia a província à vulnerabilidade do seu comércio exportador;
f) Rever o regime de comercialização dos produtos;
g) Montar um sistema de crédito e de incentivos à criação de unidades básicas cooperativas (armazéns e celeiros comerciais, cooperativas agro-pecuárias, etc.), sobre as quais ele se possa apoiar para actuar eficazmente.

35. Julga-se oportuno dar uma nota sobre os principais produtos da actividade agrícola e silvícola e programas de valorização em curso de execução, a par de uma breve análise prospectiva. Tentar-se-á apenas chamar a atenção para os aspectos fundamentais, limitando, tanto quanto possível, o âmbito das considerações.

Arroz de bolanha

O arroz constitui a base da alimentação dos povos guineenses. Sendo a cultura alimentar de maior interesse, é também a cultura mais rendosa para o agricultor.

Médias máximas — 1800–2000 kg/ha;
Médias mínimas — 300–600 kg/ha.

A introdução de novas variedades, mais produtivas e de maior precocidade, como a IR 8–288–3 das Filipinas, já observada em ensaios de adaptação na Granja do Pessubé com resultados surpreendentes, pode melhorar substancialmente tais médias, desde que se observem outras práticas culturais ainda pouco divulgadas, como a adubação.

Culturas de sequeiro

Nas culturas de sequeiro, o esforço desenvolvido não é de forma alguma compensado pelos magros resultados que se conseguem, utilizando as técnicas tradicionais.

As produções unitárias alcançadas até aqui são deveras desencorajadoras, mas não inibem que se pense em melhorá-las, tirando partido das avultadas quedas pluviométricas anuais, se bem que pràticamente concentradas em cinco meses, e da utilização de processos culturais menos rotineiros, que sucessiva e gradualmente irão sendo aperfeiçoados, de acordo com o enquadramento que toda a actividade agrícola deve ter dentro do complexo social de regiões menos favorecidas. A experimentação agrícola e a animação rural estão na base do desenvolvimento que se procura. Para se compreender melhor tal necessidade,

atente-se nalguns números das produções unitárias das principais culturas da Guiné:

Arroz de sequeiro:

Área cultivada — 28 265 ha (5,9 por cento da área total);
Produção total — 10 030 t;
Produção unitária geral — 355 kg/ha.

Milhos e sorgos

Produções unitárias médias

Milho Basil — 500 kg/ha.
Sorgos — 530 kg/ha.
Milho preto *(Pennisetum)* — 450 kg/ha.

Precedida frequentemente de derruba e queimada, a cultura do arroz de sequeiro e de milhos tem sido um dos principais responsáveis pelos danos causados na floresta e factor importante de destruição da fertilidade dos solos.

O arroz de sequeiro e os milhos são frequentemente cultivados em sistema de rotação com a mancarra (cereal-mancarra-pousio) ou em regime de consociação com ela.

Fundo

Área cultivada — 33 438 ha (6,9 por cento da área total);
Produção total — 9717 t;
Produção unitária geral — 291 kg/ha.

Mandioca

O fomento da mandioca reveste-se de uma certa relevância, pela riqueza de virtualidades que apresenta nos aspectos alimentar e industrial. Efectivamente, na mandioca, pràticamente, tudo é aproveitável. Do ponto de vista nutricional, o tubérculo constitui um alimento relativamente pobre e desequilibrado; embora de valor calórico suficiente, é escasso o seu conteúdo de proteínas, sais minerais (cálcio, fósforo e ferro) e vitaminas. Porém, resiste bem às irregularidades climáticas e supre, sem grandes inconvenientes, a falta de outras substâncias alimentares. Já, ao contrário, as folhas da mandioca são mais ricas naqueles componentes que qualquer das hortaliças vulgares.

O fomento da sua cultura estaria indicado, pois:

a) Actuaria como mola diversificadora da agricultura tradicional;
b) Constituiria uma aplicação rendosa para o trabalho do agricultor. Segundo estudos efectuados, são vulgares produtividades da ordem das 20-

25 t/ha, para o que é apenas suficiente uma certa disciplina nas técnicas de cultivo e uma conveniente selecção de variedades. Em culturas evoluídas, recorrendo a uma intensificação de capital, atingem-se produções unitárias entre 40–60 t/ha e superiores.

Convém, todavia, frisar que uma política de cultura de mandioca deve ser apontada à luz de dois factores:

Possibilidades de absorção da produção pelos mercados interno e externo, posto que a sua colocação poderá encontrar dificuldades, em confronto não só com os grandes exportadores (Brasil, Indonésia, Madagáscar), mas também com outras províncias ultramarinas (Angola e Moçambique).

Flutuações das cotações internas e, sobretudo, internacionais, visto que a procura da mandioca está fortemente condicionada pela produção de outros amidos, designadamente dos extraídos da batata, do milho e do arroz.

Amendoim

Numa estimativa efectuada recentemente pelos Serviços de Agricultura e Florestas, com base nos quantitativos de sementes distribuídos, calculou-se a área actualmente cultivada como sendo superior a 28 500 ha.

A cultura da mancarra é, em regra, feita pelo agricultor autóctone, sem boas sementes, nem adubações ou estrumações. Trata-se de uma cultura que lhe proporciona fracos réditos e é das que lhe exigem maior esforço na sementeira, monda e colheita. A rigidez do aparelho de comercialização da mancarra, de que depende o grosso da exportação guineense, as baixas cotações e as produções unitárias são factores desencorajantes, que apenas se mantêm devido ao regime monocultural dominante e, por consequência, à precariedade ou inexistência de outras fontes de rendimento.

Abstraindo do objectivo primário, que é o combate à monocultura, as medidas a tomar a favor do fomento desta araquídea deverão visar:

A disseminação de sementes melhoradas;
O recurso às adubações;
O emprego de métodos racionais de cultivo;
A industrialização.

Palmeira-do-azeite

Os povoamentos naturais de palmeira-do-azeite — *Elaeis guineensis* — encontram-se dispersos em florestas e savanas

por quase todo o território, mas concentram-se, especialmente, em mais vastas e densas manchas, no arquipélago dos Bijagós, na circunscrição de S. Domingos (regiões de Varela e Susana), no concelho de Cacheu (regiões de Cacheu, Calequisse, Catió, ilhas de Jeta e Pecixe) e no concelho de Bissau (Prábis). Encontram-se ainda, aglomerados de certa importância nas regiões de Bissorã e Olossato, na floresta do Oio, junto dos rios Geba e Corubal, em Bedanda, Empada e Catió.

As linhas mestras que devem reger a política de fomento e aproveitamento desta oleaginosa já estão traçadas em variados estudos.

O desenvolvimento da oleicultura só é viável pela actuação em profundidade e intensidade numa única região, com o fim de estabelecer, a curto prazo, uma plantação suficiente para o abastecimento de uma unidade de produção de óleo de polpa, coconote e *tourteaux*, e dimensionada à escala do mercado internacional.

Em 1966, foi recuperada e posta a funcionar, a expensas e sob administração directa do Governo provincial, a antiga fábrica de óleo de Bubaque, parecendo impor-se um prévio estudo técnico-económico com o objectivo de montar uma nova unidade, dimensionada em moldes modernos, não descurando embora o reaproveitamento do complexo infra-estrutural já existente.

Na ilha Formosa estão também a funcionar duas pequenas unidades fabris de óleo de palma, apoiadas na colecta dos palmares naturais, cada qual com uma capacidade de laboração diária de 8 t de fruto.

Fruteiras. Bananeira

São pouco variadas as culturas frutícolas na Guiné: bananeira, ananás, citrinas (laranjeira e limoeiro), papaieira, mangueira, coleira, cajueiro e coqueiro. Contràriamente ao que seria de desejar, nenhuma delas jamais foi objecto de programa que se possa qualificar como de valorização e de expansão.

O ananás apresenta perspectivas merecedoras de atenção, quanto mais não seja, numa fase inicial, para consumo interno. A papaieira e a mangueira são espécies cuja abundância e adaptabilidade particular à ecologia guineense justificam, só por si, desde que sujeitas a uma prévia selecção e intensificação das variedades mais apreciadas, um aproveitamento orientado directamente para o mercado e fabrico de compotas. A cola poderia também vir a ocupar lugar de relevo na exportação provincial, para o que se carece de medidas apropriadas de intensificação e racionalização da cultura.

Na Guiné, as zonas do litoral sul, especialmente a região de Cacine, parecem apresentar condições mais favoráveis para o fomento bananícola. Convém frisar, porém, que as zonas eleitas deverão ter superfícies capazes de produzir quantitativos tais que justifiquem economicamente as infra-estruturas de escoamento que haja que criar, e a consideração desta determinante elimina automàticamente a prática de uma bananicultura dispersa.

A industrialização da banana, nomeadamente no que concerne ao fabrico de farinha de banana, tem um carácter meramente subsidiário, não se crendo que seja determinante muito válida para o fomento da cultura.

Florestas

Embora se encontrem algumas manchas de floresta seca densa em S. Domingos, nas regiões de Catió, Catanhês e Cacine, é a floresta seca aberta que constitui o tipo dominante na província, desenvolvendo-se principalmente nas regiões do sublitoral e cobrindo uma faixa no sentido norte-sul, que abrange as regiões de Farim, Olossado, Mansabá, Mansoa, parte do concelho de Bafatá e Fulacunda. São conhecidas, pela sua importância, as florestas de Guedage, Oio, Xime e Fulacunda. Depara-se também floresta hidrófila ao longo das margens dos cursos de água (florestas de galeria) e do litoral.

De momento não será viável lançar uma política de repovoamento florestal através de uma acção conjugada nos domínios da investigação e da execução. No entanto, dadas as relações fundamentais que existem entre florestas, fertilidade do solo, erosão e bualização, afigura-se ser a floresta, para além dos aspectos económicos, uma das formas de ocupação da terra guineense mais justificada.

Outras culturas e actividades agrícolas

a) Culturas alimentares

A cultura do feijão, e em especial do feijão nhemba (Vigna), próprio de climas tropicais, oferece um especial interesse, já comprovado em pequenos ensaios de adaptação na campanha agrícola de 1967. O mesmo se pode dizer em relação à cultura da soja. Encontra-se também com certa frequência a batata doce e o inhame.

b) Culturas industriais

No ramo das oleaginosas, o gergelim e a purgueira são de diminuto interesse comercial e peso insignificante na exportação. O primeiro fornece um óleo alimentar; a se-

gunda é empregada no levantamento de sebes e o seu óleo tem aplicação na indústria de saboaria.

Relativamente às possibilidades da indústria açucareira na Guiné, parece estar demonstrada a inviabilidade da instalação racional de um empreendimento à escala industrial.

A cultura do cajueiro tem tomado, nos últimos anos, um grande desenvolvimento, dando lugar à exportação da castanha de caju para Moçambique, onde é industrializada, enquanto não se justifica a montagem de uma unidade fabril na província.

A borracha na Guiné é principalmente extraída de uma trepadeira, a *Landolphia*, cuja dispersão pelas matas da província torna pouco rendosa a recolha. Também aqui, à semelhança dos palmares naturais, dominou sempre o regime meramente colector; a produção, muito irregular, andou sempre ao sabor das flutuações das cotações internacionais e das perturbações político-económico-sociais nos grandes centros produtores. De uma maneira geral, a linha de tendência da exportação tem sido pronunciadamente decrescente.

Apicultura

As áreas de Bafatá e do Gabu e as extensas savanas e florestas da região de Farim parecem apresentar condições particularmente favoráveis para o desenvolvimento apícola. A criação de apiários experimentais está ainda numa fase muito embrionária — alguns foram montados recentemente no Posto Agrícola do Pessubé.

A produção pecuária

Em 1961, os efectivos pecuários da província eram os seguintes:

Espécies:	Número de cabeças
Bovina	230 286
Ovina	53 859
Caprina	143 712
Suína	98 206
Asinina	3 858
Equina	64
Galináceos	492 865
Palmípedes	7 566
Perus	210
Pintadas	2 571
Coelhos	187

Face a estes números, não se mostrará paradoxal a afirmação de que o gado existente parece ser suficiente

para as necessidades actuais, se bem que uma mais fácil acessibilidade aos centros consumidores e uma radicação ou generalização do hábito de comer carne por parte dos autóctones fossem susceptíveis de incrementarem sensìvelmente o consumo. Mas a asserção é tanto mais verdadeira quanto é certo que a província, por ora, não apresenta condições propícias ao desenvolvimento pecuário, designadamente por falta de pastos, forragens e de assistência técnico-sanitária apropriada.

Os objectivos que devem guiar a política pecuária são os seguintes:

a) Promover o estabelecimento e alargamento de um serviço operante de assistência técnica por meio de agentes pecuários;

b) Educar o proprietário ou criador de gado em moldes realistas, segundo as modernas concepções da técnica.

Ainda dentro do sector da pecuária, falta fazer uma referência à produção de couros e peles, que o ganadeiro autóctone curte por processos rudimentares. Estes dois produtos têm um certo peso na exportação.

2. Objectivos

36. Consideram-se os seguintes objectivos:

1. Agricultura

Promover a transformação das técnicas agrícolas tradicionais, vencendo a quase monocultura e tomando medidas para a conservação da fertilidade dos solos;
Rever o regime de comercialização dos produtos e montar um sistema de crédito que leve à criação de novas empresas agrícolas e de estruturas pré-cooperativas ou cooperativas.

2. Silvicultura

Melhoria da utilização dos produtos florestais;
Protecção e regeneração do coberto arbóreo;
Expansão da plantação de árvores fornecedoras de recursos suplementares (frutos, forragens e lenhas).

3. Pecuária

Melhoramento das raças locais;
Melhoramento da exploração das mesmas;
Intensificação da assistência veterinária;
Combate às doenças enzoóticas e epizoóticas.

3. Investimentos

37. Estabelece-se o seguinte programa de actuação:

1. Fomento de recursos agro-silvo-pastoris

1.1. Agricultura

a) Montagem de um parque de utensilagem agrícola manual e de tracção animal, adaptado às condições tropicais;

b) Remodelação e ampliação do parque de alfaias e tractores agrícolas, de modo a poder cumprir os trabalhos de desbravamento necessário à expansão dos cultivos da palmeira-do-azeite, cajueiro e mandioca, ou de novas áreas para arroz onde a disponibilidade da mão-de-obra o justifique;

c) Organização da secção de vulgarização e animação rural;

d) Fomento de culturas:

Intensificação da cultura orizícola;

Intensificação da cultura do amendoim através do recurso à animação, tracção animal e adubação;

Fomento da palmeira em Prábis e Bubaque;

Fomento da cultura da mandioca em Bafatá, Gabu e Bissau;

Plantação de um campo de 10 ha para estudo e multiplicação da bananeira na ilha de Bissau;

Lançamento de uma campanha de divulgação e propagação de fruteiras, com ampliação dos viveiros actuais e criação de outros regionais;

Fomento hortícola;

Aquisição de adubos, pesticidas e sementes, desinfecção dos celeiros e estabelecimento de campos de demonstração em núcleos regionais;

Combustíveis e lubrificantes, assistência técnica aos agricultores e apoio do parque de máquinas.

1.2. Silvicultura

a) Delimitação de uma reserva integral;

b) Recolha de sementes das espécies mais valiosas para ensaios de germinação;

c) Construção e manutenção de cinco pequenos viveiros florestais contíguos às cinco explorações «escola-granja» previstas;
d) Plantação nas comunidades rurais de Gabu e Bafatá de 2400 ha de cajuais;
e) Plantação na ilha de Bissau de 2000 ha de cajuais;
f) Plantação de 200 ha de cajuais na ilha das Galinhas.

1.3. Pecuária

a) Intensificação e melhoria da criação bovina, produtora de leite; suína e ovina, produtora de carne, e de animais de capoeira, para produção de carne e ovos;
b) Aproveitamento de terrenos na Estação de Fomento Pecuário do Pessubé e Estação Zootécnica de Bissorã para a produção de forragens;
c) Ocupação pecuária e técnica dos postos de sanidade pecuária de Bolama, Mansoa e S. Domingos;
d) Aquisição de material para a conservação de rações;
e) Construção e apetrechamento de um laboratório em Bissorã;
f) Aquisição de soros, vacinas e carracicidas;
g) Montagem de seis chuveiros aspersores;
h) Aquisição de medicamentos;
i) Aquisição de suplementos alimentares.

2. Esquema de regadio e povoamento

Estabelecimento de um centro-piloto de desenvolvimento rural para 25 famílias autóctones na região de Prábis (concelho de Bissau) com 100 ha de terra regados pelo aproveitamento de águas subterrâneas.

Enquanto não for feito o estudo conveniente para a instalação dos agricultores, proceder-se-á à instalação de campos de multiplicação de sementes para distribuição pela lavoura regional. Do mesmo modo se instalarão campos de prova a partir dos dados mais evidentes fornecidos pela experimentação.

3. Crédito agrícola

Dotação da Caixa de Crédito Agrícola da Guiné com o objectivo de financiar empreendimentos privados.

Agricultura, silvicultura e pecuária

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris	*63 000*
Montagem, remodelação e ampliação do parque de utensilagem manual, animal e mecânica	6 450
Vulgarização e animação rural	1 700
Fomento de culturas e defesa fitossanitária	33 350
Desenvolvimento da apicultura	750
Delimitação de uma reserva florestal integral	1 100
Recolha de sementes e manutenção de viveiros florestais	750
Plantação de 4600 ha de cajuais	3 600
Encargos gerais com o fomento agro-silvícola	1 200
Aproveitamento de terrenos nas estações de fomento pecuário	3 750
Ocupação pecuária e técnica	2 800
Aquisição de suplementos alimentares e sua conservação	2 500
Aquisição de soros, vacinas e outros medicamentos e instalações carracicidas	2 600
Encargos gerais com o fomento pecuário	2 450
Esquemas de regadio e povoamento	*1 650*
Campo experimental de Prábis	1 650
Crédito agrícola	*15 000*
Total	**79 650**

II) Pesca

1. Evolução recente e problemas actuais

38. A evolução da actividade piscatória foi, nas suas linhas gerais, a seguinte:

Anos	Embarcações				Pessoal — Número	Produção	
	De propulsão mecânica		À vela ou a remos			Pescado desembarcado — Toneladas	Valor — Contos
	Número	Toneladas de arqueação bruta	Número	Toneladas de arqueação bruta			
1959	6	110	6	12	129	600	–
1960	6	110	6	12	129	650	–
1961	7	116	6	13	102	658	3 950
1962	7	122	99	18	116	497	3 982
1963	7	122	9	18	116	555	3 336
1964	9	117	9	18	57	760	5 320
1965	14	117	243	495	241	854	5 978

Estes dados reportam-se em exclusivo à chamada «pesca industrial». A par desta, há que contar com a pesca de subsistência, ou artesanal, feita em pirogas — «dondos» —, segundo as rudimentares artes tradicionais, e que ocupará à volta de um milhar de pescadores, cada um dos quais deve retirar, em média, das águas piscosas em que opera (Bijagós, Bissau, Bolama e Cacheu, principalmente), cerca de 600 kg/ano. A faina piscatória, neste sector, evidencia o carácter tipicamente estacional: na época seca, em especial no período de Fevereiro a Maio, a quase total paralisação dos trabalhos agrícolas motiva uma maior participação da população activa na pesca.

39. O número de actividades complementares ou induzidas pela pesca é diminuto e de pouco relevo.

Existe, com efeito, apenas uma fábrica de farinha de extracção de óleo de peixe, de reduzida dimensão e dotada de equipamentos obsoletos. Está instalada na ilha de Caravela (Bijagós). De produção e exportação intermitentes, a fábrica deve absorver, em época de funcionamento normal, cerca de 2400 t de peixe por ano. Além disso, regista-se a existência de unidades artesanais de preparação rudimentar de peixe seco ou fumado para consumo e uma pequena unidade de produção de gelo para conservação do pescado. Dentro da preocupação de dotar a província com rede de frio, criaram-se, no âmbito do Plano Intercalar, instalações frigoríficas com o dimensionamento conveniente para o abastecimento interno.

2. Objectivos

40. Os fins a alcançar no III Plano de Fomento visam:

Povoamento piscícola das águas interiores;

Regularização do consumo interno de peixe, com medidas que promovam o aumento e melhoria da frota pesqueira;

Regulamentação do exercício das actividades de pesca e afins.

3. Investimentos

41. No âmbito deste sector prevê-se o seguinte programa:

1. Pesca

a) Povoamento piscícola das águas interiores;

b) Subsídios a armadores — aquisição de embarcações de pesca de arrasto e de moderno equipamento de bordo.

2. Industrialização

Instalação de novas empresas de pesca e de transformação de pescado.

Pesca

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Pescas	*26 500*
Povoamento piscícola das águas interiores	3 000
Aquisição de embarcações de pesca de arrasto e de moderno equipamento de bordo	23 500
Total	26 500

III) Indústrias extractivas e transformadoras

1. Evolução recente e problemas actuais

1. Indústrias extractivas

42. Os estudos de geologia de superfície, realizados por numerosos geólogos nacionais e estrangeiros, e os trabalhos de geologia profunda efectuados por iniciativa do Governo da província levaram a um conhecimento geológico da Guiné Portuguesa que permite desde já a publicação de uma carta geológica, o estabelecimento de um programa de prospecção mineira e a elaboração de um esboço hidrogeológico.

43. Até agora a prospecção de jazigos minerais incidiu apenas sobre o petróleo e os conjuntos ilmenite-zircónio e alumínio-vanádio, aos quais se atribuíram reservas totais da ordem dos 110 milhões de toneladas de minério, que se considera pobre, mas aproveitável. Na pesquisa e exploração de petróleo, procedeu-se ao pré-reconhecimento geológico de toda a província e ao reconhecimento sistemático da mancha mezo-cenozóica, efectuando para o efeito estudos gravimétricos e sísmicos, sondagens estratigráficas e profundas, algumas acompanhadas de diagramas sónicos, nucleares e eléctricos, não se tendo descoberto petróleo. Reiniciados os trabalhos em 1966, após nova concessão, vem sendo feita intensa prospecção sísmica na área marítima.

2. Indústrias transformadoras

44. É diminuto o significado das indústrias transformadoras existentes na economia da província; com efeito, absorvem uma parcela minúscula da população activa: pelo censo de 1950, não deveria sequer atingir os 2 por cento, e abrangia um número escasso de actividades e unidades, reduzindo-se pràticamente ao aproveitamento de três produtos — o amendoim, o arroz e o chabéu — e a algum artesanato de carácter mais ou menos rudimentar. Muito baixo é também o grau de transformação operado e a laboração é, em geral, intermitente. Por conseguinte, é pouco importante o valor acrescentado. Em 1962, a parte do produto interno bruto a preços de mercado originado pelas indústrias manufactureiras não excederia 1,2 por cento.

A produção industrial no período de 1959–1965 foi a que consta do mapa da página seguinte.

Produtos e subprodutos	Unidades	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Arroz descascado	Toneladas	11 330	6 817	10 581	11 304	5 643	701	1 797
Farelo	Toneladas	1 633	1 229	1 659	1 362	1 029	193	4 612
Amendoim descascado (*a*)	Toneladas	9 208	6 179	7 529	10 506	10 797	12 650	11 500
Óleo de amendoim	Quilolitros	374	571	344	452	656	672	947
Resíduos de amendoim	Toneladas	519	645	552	581	715	315	1 267
Coconote descascado	Toneladas	28	108	50	3	117	54	×
Óleo de coconote	Quilolitros	21	46	12	×	33	×	9
Resíduos de coconote	Toneladas	32	90	22	×	58	14	×
Óleo de palma (*b*)	Toneladas	602	192	34	47	78	0,1	×
Sabão	Toneladas	34	180	121	73	67	56	66
Farinha de peixe	Toneladas	167	236	450	×	(*d*) 28	×	×
Sumos	Quilolitros	3	4	3	3	3	3	3
Refrigerantes (*c*)	1000 garrafas	158	153	129	139	138	138	149
Gelo	Toneladas	189	245	310	205	206	378	425
Pão	Toneladas	×	×	1 411	×	×	×	×

(*a*) Estes dados referem-se só à produção das principais explorações fabris declarada aos serviços de economia. A exportação de amendoim descascado tem sido muito superior.
(*b*) Quantidade exportada.
(*c*) A produção de limonadas ocupa o 1.º lugar, seguida da de laranjadas.
(*d*) Quantidade exportada para a metrópole.

Produtos	1959 — Base	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Arroz descascado	100	60	93	100	50	6	16
Amendoim descascado	100	67	82	114	117	137	125
Óleo de amendoim	100	153	92	121	175	180	253
Coconote descascado	100	386	179	11	418	193	×
Óleo de palma	100	32	6	8	13	o	×
Sabão	100	529	356	215	197	165	194
Farinha de peixe	100	141	269	×	17	×	×
Refrigerantes	100	97	82	88	87	87	94
Gelo	100	130	164	108	109	200	225

Nos últimos três anos, as produções de arroz descascado, óleo de palma e farinha de peixe caíram verticalmente. Decresceram também as produções de sabão e refrigerantes. Apenas manteve um passo regular de crescimento a extracção de óleo de amendoim.

45. Sobre as perspectivas, a mais ou menos largo prazo, no campo das indústrias transformadoras e complementares da agricultura, silvicultura, pecuária e pesca, apresenta-se a seguir um quadro de potencialidades, que não tem, de forma alguma, a pretensão de ser exaustivo.

a) Com base na oferta interna disponível de matérias-primas:

Industrialização integral do amendoim (expansão do descasque, extracção completa de óleo e valorização dos bagaços esgotados);
Extracção do óleo de coconote e produção de *tourteaux*.

b) Com base na oferta interna potencial de matérias-primas:

Farinação de mandioca (por via seca, numa primeira fase), como integrante do desenvolvimento da cultura em curso, prevendo-se uma unidade com a capacidade mínima de 1500 t anuais (1200 t para consumo interno — incorporação de 20 por cento de farinha de mandioca no fabrico do pão — e 300 t para exportação com destino a Cabo Verde);
Extracção de óleo de palma no arquipélago de Bijagós, recorrendo a um sistema de exploração simultânea do palmar natural e do palmar plantado até ao completo abandono do primeiro, ao cabo de dez anos;
Melhoria e expansão da produção de refrigerantes;
Preparação de álcool industrial e aguardente;
Melhor aproveitamento dos produtos florestais:

Reestruturação (e possível concentração) e modernização da indústria de serração de madeira;
Desenvolvimento da carpintaria e da confecção de mobiliário;

Intensificação do fabrico de sabões;
Extracção e preparação industrial do mel e cera;
Curtimenta artesanal;
Conservação, farinação e extracção de óleos de peixe.

c) Com base na laboração local de matérias-primas predominantemente importadas e com o objectivo funda-

mental de substituição de importações de produtos acabados:

Produção de cervejas;
Moagem;
Massas alimentícias, bolachas e biscoitos;
Fabrico de artefactos de plástico (nomeadamente utensílios domésticos e sandálias);
Calçado;
Fabricação de material e utensilagem agrícola simples;
Fabrico de produtos cerâmicos e modernização de cerâmica (telhas e tijolos);
Montagem de uma unidade metalúrgica de fundição (2.ª fusão) e de uma pequena unidade metalomecânica eventualmente integradas.

d) Outras indústrias:

Vulcanização e recauchutagem;
Modernização da pequena indústria de construções e reparações navais;
Aperfeiçoamento e valorização de artesanato no que se refere a ourivesaria, cestaria, tecelagem e estampagem de panos.

2. Objectivos

46. Os objectivos em vista são os seguintes:

1. Indústrias extractivas

Elaboração da carta hidrogeológica do plano geral de captação de águas;
Verificação do interesse dos diversos objectivos mineiros;
Pesquisas de hidrocarbonetos naturais.

2. Indústrias transformadoras

Lançamento de novas indústrias transformadoras, em especial as complementares da agricultura.

3. Investimentos

47. No decorrer do III Plano de Fomento prevêem-se os seguintes trabalhos:

1. Indústrias extractivas

a) Estudo e aproveitamento dos meios de obtenção de água doce:

1) Elaboração da carta hidrogeológica;
2) Execução do plano de captação de águas.

b) Fomento mineiro:

1) Estudo em relação com os objectivos já consignados no Plano Intercalar de pesquisa de ilmenites, colites ferruginosas, fosfatos e quartzo;
2) Pesquisas de hidrocarbonetos naturais.

2. Indústrias transformadoras

a) Estudos;
b) Ampliação, renovação e criação de novas indústrias:

1) Montagem de novos complexos fabris;
2) Dotação de uma sociedade financeira de fomento.

Indústrias extractivas e transformadoras

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Indústrias extractivas	410 800
Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce:	
Elaboração da carta hidrogeológica . .	600
Execução do plano de captação de águas	15 000
Fomento mineiro:	
Estudos	1 200
Pesquisas de hidrocarbonetos naturais . .	394 000
Indústria transformadora	78 000
Estudos	3 000
Ampliação, renovação e criação de novas indústrias:	
Montagem de novos complexos fabris . .	45 000
Dotação de uma sociedade financeira de fomento	30 000
Total	488 800

IV) Indústrias de construção e obras públicas

1. Evolução recente e problemas actuais

48. A existência de uma indústria de construção e obras públicas em nível satisfatório de operacionalidade constitui para esta província condição essencial para ser possível levar a efeito parte substancial dos investimentos

públicos, em cujo âmbito continuam a ter posição de relevo as infra-estruturas económicas e sociais.

49. Poder-se-á afirmar que, de um modo geral, a acção desta indústria se tem concentrado essencialmente na construção de edifícios e na realização de obras rodoviárias e de aeroportos, o que tem permitido razoável grau de especialização e de ocupação às empresas do sector. É de registar que, como é normal, ao lado de empresas convenientemente dimensionadas e organizadas para realizar obras de vulto, se regista a existência de pequenos empreiteiros e construtores, mais aptos à construção civil e a pequenas obras.

50. O produto sectorial tem tido um aumento de cerca de 4,5 por cento (média anual) ao passar de 4,9 milhares de contos em 1953 para 7,4 milhares de contos em 1968, tendo-se mantido sem modificação a sua posição relativa no produto interno bruto global da província.

51. Durante os planos de fomento anteriores o valor dos investimentos realizados mediante a intervenção desta indústria atingiu proporção muito elevada dos investimentos públicos levados a efeito, aos quais seria necessário acrescentar, para se poder avaliar da importância do sector, os dispêndios não dispiciendos levados a efeito fora do âmbito deste Plano por empresas privadas e por autarquias locais e outras entidades, principalmente em edifícios.

52. Para o sexénio de 1968–1973 os investimentos programados que envolvem construção e obras públicas estimam-se em cerca de 400 000 contos.

53. A realização destes investimentos traduzir-se-á, além do significativo volume de emprego para a população local, na criação de possibilidades de desenvolvimento da indústria de materiais de construção, tendo em vista não só incrementar o produto interno, como minimizar as importações necessárias.

2. Objectivos

54. O objectivo primordial consistirá também, neste caso, em facultar à indústria de construção e obras públicas o condicionalismo que lhe permita preencher cabalmente o papel que lhe está reservado na execução do III Plano de Fomento.

Complementarmente, não se poderá esquecer a acção relevante que esta indústria poderá ter na criação da mão-

-de-obra especializada, para o que terá de ser apoiada pelos serviços responsáveis pela formação profissional, e no fomento industrial.

3. Investimentos

55. Os problemas postos não tornam necessários investimentos neste sector, mas tão-sòmente medidas adequadas à consecução dos objectivos retidos, medidas estas aliás já consideradas, por vezes, em outros programas sectoriais.

Haverá assim que encarar a conveniência de coordenar na dupla óptica da sequência temporal e de especialização a abertura de concursos de empreitadas e obras públicas, de forma a possibilitar trabalho contínuo e regular às empresas adjudicatárias, com vista a contribuir, de um lado, para a fixação das que não são locais e, de outra parte, para a consolidação e melhoria técnico-financeira dos empreiteiros locais.

O fomento das indústrias produtoras de materiais de construção e o desenvolvimento de acções adequadas de formação profissional constituem também medidas prioritárias a realizar no âmbito dos respectivos sectores.

V) Melhoramentos rurais

1. Objectivos

56. Os objectivos a alcançar no sector dos melhoramentos rurais são aqueles que, embora sujeitos a um ordenamento diverso, constituíram também objectivos do Plano Intercalar de Fomento. Pretende-se satisfazer necessidade básicas das populações abastecendo as povoações com água e energia.

2. Investimentos

57. São os seguintes os empreendimentos propostos:

a) Abastecimento de água e trabalhos diversos:

Concelho de Bafatá:

Abastecimento de água de Bambadinca.

Concelho de Bissau:

Abastecimento de água das populações de Safim, Biombo e Prábis.

Concelho de Bissorã:

Melhoria da captação de água e do abastecimento da vila.

Concelho de Bolama:

Construção de fontes e poços em povoações.

Concelho de Cacheu:

Abastecimento de água das povoações de Calequisse, Caió e Cacheu.

Concelho de Catió:

Abastecimento de água da vila de Catió.

Concelho de Gabu:

Abastecimento de água da vila de Nova Lamego;
Abastecimento de água da povoação de Sonaco;
Abastecimento de água de outras localidades do concelho;
Construção de uma fonte e pequeno lavadouro.

Concelho de Mansoa:

Ampliação e apetrechamento do sistema de abastecimento de água da vila de Mansoa;
Construção de sanitários colectivos, balneários e fontanários públicos;
Urbanização de povoações para populações reinstaladas.

Circunscrição de Bijagós:

Ampliação do actual sistema de abastecimento de água em Bubaque.

Circunscrição de S. Domingos:

Abastecimento de água das povoações da circunscrição.

b) Electrificação de povoações:

Bafatá:

1) Aquisição e montagem de dois grupos geradores e quadro eléctrico;
2) Remodelação e ampliação da rede de distribuição eléctrica

Bambadinca:

1) Aquisição e montagem de dois grupos geradores;
2) Edifício para a central;
3) Rede de distribuição.

Bubaque:

1) Aquisição e montagem de dois grupos geradores e de um quadro eléctrico;
2) Remodelação e ampliação da rede eléctrica de distribuição.

S. Domingos:

1) Aquisição e montagem de dois grupos geradores e quadro eléctrico;
2) Adaptação e ampliação do edifício da central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Ingoreí:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Rede eléctrica de distribuição.

Susana:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Rede eléctrica de distribuição.

Mansoa:

1) Aquisição e montagem de dois grupos geradores e um quadro eléctrico;
2) Edifício para a central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Catió:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Ampliação e remodelação da rede eléctrica de distribuição.

Bissorã:

1) Aquisição e montagem de dois grupos geradores e um quadro eléctrico;

2) Ampliação e remodelação da rede eléctrica de distribuição.

Teixeira Pinto:

1) Ampliação e remodelação da rede eléctrica de distribuição.

Calequisse:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Edifício para a central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Pelundo:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Edifício para a central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Pecixe:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Edifício para a central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Nova Lamego:

1) Aquisição e montagem de dois grupos geradores e um quadro eléctrico;
2) Rede eléctrica de distribuição.

Sonaco:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Edifício para a central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Piche:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Edifício para a central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Pirada:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;

2) Edifício para a central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Farim:

1) Aquisição e montagem de dois grupos geradores e um quadro eléctrico;
2) Ampliação e remodelação da rede eléctrica de distribuição.

Mansabá:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Edifício para a central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Olossato:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Edifício para a central;
3) Rede eléctrica de distribuição.

Fulacunda:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Rede eléctrica de distribuição.

Empada:

1) Aquisição e montagem de um grupo gerador e respectivo quadro eléctrico;
2) Rede eléctrica de distribuição.

Melhoramentos rurais

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Abastecimento de água	5 100
Electrificação	10 400
Caminhos e outros melhoramentos	–
Promoção sócio-económica das populações rurais	1 800
Total	17 300

VI) Energia

1. Evolução recente e problemas actuais

58. Sendo o relevo da Guiné muito simples, dominando as planícies, peneplanícies e os planaltos baixos — só na região do Boé, nos contrafortes do Futa-Jalon, adquire algum vigor, apesar de as elevações não ultrapassarem 300 m de altitude —, não há, em geral, lugar para aproveitamentos hidroeléctricos. Apenas se tem insistido na necessidade de averiguar as possibilidades de aproveitamento dos rápidos do Saltinho do rio Corubal.

Toda a energia eléctrica da província é produzida por via térmica. Em 31 de Dezembro de 1964 estavam ao serviço as centrais térmicas enunciadas na página seguinte.

Divisões	Total geral			Serviço público			Serviço particular		
	Centrais	Geradores	Potência instalada (kW)	Centrais	Geradores	Potência instalada (kW)	Centrais	Geradores	Potência instalada (kW)
Total	**46**	**83**	**2 605**	**14**	**24**	**1 538**	**32**	**59**	**1 067**
Concelhos:									
Bafatá	3	7	160	1	3	154	2	4	6
Bissau	12	21	1 876	1	2	880	11	19	996
Bissorã	2	4	58	1	2	55	1	2	3
Bolama	3	5	101	1	2	88	2	3	13
Cacheu	6	10	81	2	3	69	4	7	12
Catió	3	6	58	1	2	52	2	4	6
Farim	5	10	105	2	4	95	3	6	10
Gabu	3	5	32	1	1	26	2	4	6
Mansoa	2	4	64	1	2	61	1	2	3
Circunscrições:									
Bijagós	2	3	11	1	1	8	1	2	3
Fulacunda	3	5	44	1	1	38	2	4	6
S. Domingos	2	3	15	1	1	12	1	2	3

Em 1965 a potência instalada era de 3284 kW e o consumo atingia 4 219 000 kWh.

2. Objectivos

59. A valorização urbana constitui o objectivo fundamental, a obter mediante o fornecimento de energia eléctrica, quer pela aquisição e montagem de grupos geradores, quer com a remodelação e ampliação de redes já existentes.

3. Investimentos

60. Estabelece-se o seguinte programa de actuação:

1. Estudos, produção, transporte e distribuição

a) *Câmara Municipal de Bissau:*

1) Central eléctrica. — Montagem de um 4.º gerador, edifícios e obras no recinto vedado da central e apetrechamento da oficina;
2) Ampliação e remodelação gradual da rede de distribuição de baixa tensão existente, incluindo a eventual alimentação de novos bairros a construir nas zonas de desenvolvimento previstas na cidade de Bissau.

b) *Bolama:*

1) Aquisição e montagem de dois grupos geradores e de um quadro eléctrico;
2) Ampliação e remodelação da rede eléctrica de distribuição.

Energia

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Estudos, produção, transporte e distribuição . .	31 600
Cidade de Bissau (Câmara Municipal de Bissau):	
Ampliação da central	12 000
Ampliação e remodelação da rede . . .	18 000
Cidade de Bolama:	
Ampliação da central	950
Ampliação e remodelação da rede . . .	650
Total	**31 600**

VII) Circuitos de distribuição

1. Evolução recente e problemas actuais

Rede de armazenagem e de frio

61. Na província havia, em 1964, 70 celeiros comunais para mancarra, com a capacidade de armazenagem de 4775 t e 10 para arroz, com capacidade para 500 t.

A actual capacidade de fabrico de gelo das principais empresas privadas de Bissau, que se dedicam a esta actividade para conservação de pescado e fornecimento ao público, é de 13 800 kg/24 horas. Em 1965 esta capacidade ficou acrescida com a montagem de mais uma máquina de produção de gelo. Na ilha Caravela existe uma instalação com a capacidade de 1800 kg/24 horas.

Encontra-se em vias de conclusão um complexo frigorífico que disporá de um túnel de congelação rápida a −40°C de 1 t/24 horas e de câmaras de refrigeração e congelação com a seguinte capacidade:

	Toneladas
Refrigeração:	
Frescos	45
Peixe	12
Carne	5
Congelação:	
Peixe	15
Carne	55

Dispõe também o mesmo complexo de uma fábrica de gelo com a produção de 5 t/24 horas.

2. Objectivos

62. Embora a regularização do abastecimento interno esteja em parte garantida pelo empreendimento em curso, prevê-se que as actuais instalações se tornem ràpidamente insuficientes, obrigando à sua ampliação dentro de curto prazo.

Nos objectivos compreende-se também a instalação de pequenos armários refrigeradores em diversas localidades.

3. Investimentos

63. A dotação inscrita no Plano destina-se a custear os empreendimentos a seguir discriminados.

1. Peixe

a) Ampliação das câmaras de refrigeração de peixe para 150 t (temperatura 0°C);
b) Ampliação das câmaras de congelação de peixe para 50 t (temperatura de −20°C).

2. Frescos

a) Ampliação da câmara de conservação de legumes para 100 t (temperatura de +1/+5°C);
b) Ampliação da câmara de conservação de diversos para 100 t (temperatura de +1/+5°C).

Finalmente, a instalação fora de Bissau, e especialmente em Nova Lamego, Teixeira Pinto, Farim, Bafatá, Bissorã, Bubaque e Catió, de pequenos armários refrigeradores com capacidade para 500 kg de pescado, semelhantes ao que já existe em Bolama.

A distribuição de peixe fresco pelos centros potencialmente consumidores localizados no interior está condicionada pelo acesso rápido a esses centros, quer por via aérea, quer por via fluvial, e pelo tipo de embalagem que será forçoso adoptar (caixa isotérmica ou não).

Circuitos de distribuição
Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Comercialização e armazenagem	*7 400*
Lançamento de um serviço público de comercialização	300
Conjunto de câmaras frigoríficas de Bissau	6 500
Armários-frigoríficos	600
Total	**7 400**

VIII) Transportes, comunicações e meteorologia

1. Evolução recente e problemas actuais

a) Rede rodoviária

64. A extensão total da rede de estradas é de 3102 km, assim distribuídos:

	Quilómetros
Estradas pavimentadas asfaltadas de 1.ª classe	61
Estradas de terra compactada de 1.ª classe	521
Estradas de terra compactada de 2.ª classe	550
Picadas e caminhos	1 970
	3 102

Em 1965 estavam em circulação na província 2642 veículos automóveis, sendo 1632 ligeiros, 672 pesados e 338 motociclos.

A rede de carreiras regulares de transporte colectivo de passageiros tem, no presente, uma baixa densidade de circuitos, explorados por empresas que dispõem, salvas raras excepções, de uma frota de viaturas sem condições adequadas de conforto ou de higiene. Os itinerários actuais cobrem apenas Bissau-Mansoa, Bissau-Biambo, Bissau-Cacheu (via João Landim, servindo Safim, Bula, Có, Pelundo, Teixeira Pinto e Cacheu), Teixeira Pinto-Caió e Bissau-Prábis.

b) Portos, navegação marítima, fluvial e costeira

65. O porto de Bissau é o único verdadeiro complexo portuário da província, constituído por uma ponte-cais de longo curso, em T, por um cais de cabotagem (Pijiguiti) e por um conjunto oficinal de reparações navais, pertencente à Armada, onde recentemente se concluiu um plano inclinado transversal, capaz de permitir a alagem de navios até 56 m de comprimento e até 360 t de deslocamento leve.

Este porto polariza o grosso da importação, da exportação e da cabotagem, tendo sido escalado, em 1964, por 85 navios de longo curso, que descarregaram 69 632 t e carregaram 29 576 t. O movimento de cabotagem foi, nesse ano, de 25 677 t, tendendo a aumentar ràpidamente nos seguintes.

Os problemas que se levantam para este porto são fundamentalmente os seguintes:

A falta de separação das marinhas de guerra e mercante, que actualmente têm de se servir da mesma ponte-cais, já extremamente congestionada;

A inexistência de um cais de cabotagem suficiente para esse tráfego, em incremento constante;

As dificuldades de acostagem e amarração dos navios de longo curso à ponte-cais.

Estes problemas terão de ser resolvidos durante a vigência do III Plano de Fomento.

Depois de Bissau, os principais portos abertos à navegação são Bambadinca, Binta, Buba e Bolama. O primeiro vai ser dotado com obras acostáveis que lhe proporcionem um mínimo de condições de desenvolvimento. Bambadinca, quando terminada a estrada asfaltada que a ligará a Mansoa, virá presumìvelmente a ocupar o segundo lugar no tráfego movimentado entre os portos da província. Bo-

lama, porto de excelentes condições naturais, dispõe já de uma ponte de betão.

Encontram-se ainda cais acostáveis de estrutura muito rudimentar em Binar, Cabedu, Cacheu, Cacine, Enxudé, Empada, Farim, Jeta, Bubaque, S. Domingos, S. João e Teixeira Pinto, entre outras localidades.

c) Transportes aéreos e aeroportos

66. Além do aeroporto internacional de Bissau, com uma pista asfaltada de 2400 m, a província está suficientemente ocupada por campos de aterragem de terra batida, de comprimento variável entre 2200 m e 500 m.

A TAP explora as carreiras semanais com a metrópole. O tráfego interior está a cargo dos T. A. G. P., que desfrutam agora de autonomia administrativa e financeira.

A frota dos T. A. G. P. compõe-se, actualmente, de dois aviões *Heron* (quadrimotores com lotação para 17 passageiros ou capacidade para 1300 kg de carga), três *Dornier 27* (monomotores para 5 passageiros ou disponibilidade de 500 kg), dois *Cessna* (um monomotor para 3 passageiros ou uma disponibilidade de 300 kg e outro para 5 passageiros ou 500 kg de carga) e um *Auster* (monomotor para 2 passageiros).

Apesar da modéstia dos meios disponíveis, a cobertura aérea da província parece satisfazer as necessidades actuais; no entanto, o desenvolvimento esperado das actividades virá requerer ampliação da frota.

d) Telecomunicações

67. Estão em curso de execução ou estudo os empreendimentos já previstos no Plano Intercalar, tais como rede interna de VHF e emissores regionais da Emissora Nacional e seu apetrechamento (baixa frequência).

As actuais dificuldades de transporte terrestre têm agravado o problema da conservação da rede interna de VHF e impedido que os equipamentos sejam submetidos aos ensaios de rotina recomendados pelos fabricantes.

2. Objectivos

1. Transportes rodoviários

68. Tem-se em vista fundamentalmente o alargamento e a melhoria da rede rodoviária, quer pela abertura de novas estradas pavimentadas, quer pela pavimentação de estradas já existentes, quer ainda pela construção de obras de arte especiais (pontes). Assim, o apetrechamento e manutenção da brigada de estudos e construções de es-

tradas, a aquisição de equipamento mecânico para os Serviços de Obras Públicas e a reorganização das oficinas de obras públicas tornam-se indispensáveis.

2. Portos e navegação marítima, fluvial e costeira

Portos

69. No porto de Bissau, a construção de cais de cabotagem e pesca, constituído por 300 m (cais do Bolola), em alinhamento a montante da ponte-cais actual; a construção da ponte-cais da Marinha, em T, com testa de 100 m, em fundos de 3 m a 4 m, sendo um ramo de acesso enraizado no velho cais de Pijiguiti, que será absorvido pelas instalações da Armada; a construção de dois duques-de-alba na ponte-cais actual para permitir a regular atracação dos navios de longo curso, bem como dragagens noutras áreas do porto; a aquisição de material portuário e outras beneficiações.

Nos portos secundários, melhoria de obras acostáveis, construção de pontes-cais e aquisições diversas nos portos de Teixeira Pinto, Cacheu, S. Domingos, Binta, Bigene, Bolama, Farim, Bambadinca, Buba, Empada, Catió, Fulacunda e Cacine.

Navegação marítima, fluvial e costeira

70. Pretende-se melhorar o sistema de transportes pelo aperfeiçoamento das comunicações fluviais e interinsulares.

3. Transportes aéreos e aeroportos

Aeroportos

71. Os objectivos incluem o conveniente melhoramento do aeroporto de Bissau, de forma a satisfazer as necessidades do tráfego aéreo.

Transportes aéreos

72. A actividade da TAGP evoluirá no sentido de estabelecer a ligação com Cabo Verde.

4. Telecomunicações

73. Tem-se em vista o melhoramento das comunicações telefónicas de Bissau, o adensamento da rede interna de VHF e a melhoria das comunicações com o exterior, em especial com a metrópole.

5. Meteorologia

74. Como objectivos a visar indicam-se:

1) Apetrechamento do aeroporto de Bissau, com vista a satisfazer as necessidades operacionais dos aviões de reacção;
2) Apetrechamento do Serviço Meteorológico, por forma a poder cumprir as recomendações da I. C. A. O., relativas à elaboração de previsões meteorológicas;
3) Ampliação e melhoria da rede meteorológica interna;
4) Melhoria da estação solarigráfica de Bissau;
5) Levantamento geomagnético complementar.

3. Investimentos

75. A dotação consignada no III Plano de Fomento destina-se a custear os seguintes empreendimentos:

1. Transportes rodoviários

a) Obras de arte especiais:

1) Ponte sobre o rio Geba, em Bambadinca;
2) Ponte sobre o rio Cacheu, em Farim;
3) Ponte sobre o rio Pulon, em Xitole;
4) Ponte sobre o rio Cole;
5) Ponte sobre o rio Corubal;

b) Terraplenagens, obras de arte correntes e pavimentação:

1) Troço Bambadinca-Jugudul (58 km);
2) Troço Bafatá-Nova Lamego (51 km);
3) Troço Safim-Bula (23 km);
4) Troço Bambadinca-Aldeia Formosa (70 km);
5) Troço Nova Lamego-Buruntuma (66 km);
6) Troço Bula-Varela (125 km);
7) Troço Cacine-Aldeia Formosa (67,5 km);

c) Aquisição de equipamento mecânico;
d) Apetrechamento das oficinas de obras públicas;
e) Manutenção da brigada de estudos e construção de estradas.

2. Portos e navegação marítima, fluvial e costeira

a) Construção do cais de Bolola (a pagar pela Administração do Porto de Bissau);
b) Construção do cais da Marinha (a pagar pelo Departamento da Defesa Nacional);

c) Construção de dois duques-de-alba para a ponte-cais de longo curso ;
d) Dragagens no porto de Bissau;
e) Aquisições várias para o porto de Bissau;
f) Melhoramentos dos portos da zona norte (Teixeira Pinto, Cacheu, S. Domingos, Binta, Bijene e Farim);
g) Melhoramentos dos portos da zona centro (Bambadinca, Bafatá e Enxudé).
h) Melhoramentos dos portos da zona sul (Buba, Empada, Catió e Cacine);
i) Melhoramentos nos portos dos Bijagós (Bubaque e construção de estacarias de cibes);
j) Apetrechamento; aquisição de um bate-estacas, de um rebocador para Bissau, dois *ferry-boats* e uma embarcação para pilotos;
l) Beneficiação da frota de navios do Estado, incluindo a aquisição de sobresselentes;
m) Farolagem e balizagem.

3. Transportes aéreos e aeroportos

Aeroportos

a) Construção de um novo hangar e despesas com a infra-estrutura provincial;
b) Iluminação da plataforma, equipamento contra incêndios, equipamento de desobstrução, equipamento de limpeza e conservação, equipamento oficinal, mobiliário técnico, viaturas, telecomunicações, ampliação do terminal, beneficiação e aproveitamento de infra-estruturas.

Transportes aéreos

Os investimentos são dependentes da evolução que venha a sofrer a TAGP.

4. Telecomunicações

a) Comunicações telefónicas de Bissau (conclusão);
b) Melhoria das comunicações com o exterior:

1. Telecomunicações com a metrópole: aquisição de um segundo emissor de 7,5/10 kW e de um receptor HR 21;
2. Transferência do centro receptor;
3. Aquisição do grupo electrogéneo de 100 kVA para a central privativa do centro emissor;

4. Três conjuntos de máquinas teleimpressoras;

c) Adensamento da rede interna de VHF (equipamentos T 700);
d) Edifícios para as estações telégrafo-postais de Bafatá e Farim;
e) Encargos com a execução dos empreendimentos;
f) Montagem de um centro apetrechado com dois sistemas emissores de ondas médias de 50 kW, com sistema especial de antenas direccionais, aquisição do respectivo equipamento e construção das instalações.

5. Meteorologia

1) Um radar-vento, um radar-tempo e um gerador de hidrogénio;
2) Telémetro de nuvens, visibilímetro, termómetros eléctricos e cabos;
3) Uma posição de radioteleimpressão;
4) Instalações para as estações meteorológicas a criar em Madina do Boé, Caravela e Cacine;
5) Material de telecomunicações para as mesmas estações; instrumentos meteorológicos;
6) Instrumentos meteorológicos para cinco postos meteorológicos e oito postos udométricos;
7) Aparelhagem para a estação solarigráfica de Bissau;
8) Levantamento geomagnético complementar.

Transportes, comunicações e meteorologia

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Transportes rodoviários	*261 950*
Obras de arte especiais	30 000
Terraplenagens, obras de arte correntes e pavimentações	211 150
Aquisição de equipamento mecânico	8 000
Apetrechamento das oficinas das obras públicas	2 000
Manutenção da Brigada de Estudos e Construção de Estradas	10 800

Empreendimentos	Contos
Portos e navegação	*57 250*
Porto de Bissau:	
Construção do cais da Bolola	12 000
Construção da ponte-cais da Marinha	10 000
Construção de duques-de-alba	1 500
Dragagens	1 500
Outros portos	6 000
Farolagem e balizagem	1 750
Aquisição de apetrechamento	18 500
Beneficiação da frota de navios do Estado, incluindo sobresselentes	6 000
Transportes aéreos e aeroportos	*11 300*
Infra-estruturas	3 000
Apetrechamento	3 500
Encargos administrativos	4 800
Telecomunicações	*27 100*
Comunicações telefónicas de Bissau (conclusão)	3 800
Melhoria das comunicações com o exterior	3 600
Adensamento da rede interna de VHF	2 430
Edifícios para estações telégrafo-postais	970
Encargos gerais	1 300
Centro Emissor de Bissau, respectivo equipamento e instalações	15 000
Meteorologia	*12 400*
Equipamentos meteorológicos	9 900
Radioteleimpressão	600
Instalações para estações meteorológicas	1 800
Levantamento geomagnético complementar	100
Total	**370 000**

IX) Turismo

1. Evolução recente e problemas actuais

76. Factores vários têm condicionado a expansão da procura turística interna e externa e a acção do domínio turístico. Contudo, as vantagens do aproveitamento das muitas belezas naturais são bem evidentes e convidam a um caminhar cada vez mais intenso, possibilitando-se o surgimento de boas correntes turísticas.

2. Objectivos

77. Sendo as infra-estruturas turísticas na Guiné quase inexistentes, o objectivo primário não poderá deixar de

ser a valorização progressiva dos pólos naturais de atracção turística: Bissau, arquipélago dos Bijagós (ilha de Bubaque, em especial, e também as de Rubane e da Caravela) e Bolama.

3. Investimentos

78. São os seguintes os empreendimentos turísticos programados para os próximos seis anos:

a) Construção de uma pousada na ilha de Bubaque;
b) Construção de residências para turistas em Bubaque;
c) Aquisição de um autocarro turístico para Bubaque;
d) Valorização da praia de Quinhamel (Biombo — ilha de Bissau);
e) Apetrechamento do C. I. T.; propaganda turística (edição de literatura e aquisição de aparelhagem cinematográfica e fotográfica);
f) Aquisição de uma embarcação para ligações rápidas entre Bissau e Bubaque;
g) Beneficiação do Hotel de Turismo de Bolama e das instalações da praia de Nova Ofir (Bolama);
h) Construção de uma piscina em Nova Ofir;
i) Aquisição de uma pequena embarcação para pesca desportiva;
j) Fomento da construção de estabelecimentos de interesse turístico na zona de Bissau.

Turismo

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Infra-estruturas hoteleiras:	
Pousada de Bubaque	2 000
Outros estabelecimentos	5 000
Promoção turística:	
Apetrechamento do C. I. T.	3 600
Fomento turístico	2 000
Total	12 600

X — Educação e investigação

1. Evolução recente e problemas actuais

Educação

a) Ensino primário

79. As taxas de escolaridade têm-se mantido constantes. Admitindo que a população em idade escolar (7–14 anos) representa cerca de 18 por cento da população total, virá:

Anos lectivos	Alunos matriculados	População em idade escolar	Taxas de escolaridade — Percentagem
1961–1962	11 967	71 451	16,7
1962–1963	11 842	72 166	16,4
1963–1964	11 891	72 887	16,3
1964–1965	12 173	73 616	16,5

b) Ensino secundário

Ensino liceal

80. Há um único estabelecimento de ensino liceal na província, o Liceu de Honório Barreto, que entrou em funcionamento no ano lectivo de 1958–1959. Os dados sobre o respectivo movimento constam do quadro seguinte:

Anos lectivos	Alunos matriculados		Professores		Aproveitamento	
	Curso diurno	Curso nocturno	Efectivos	Eventuais	Curso diurno	Curso nocturno
1959–1960	283	—	8	×	200	—
1960–1961	293	—	9	×	182	—
1961–1962	272	×	10	10	196	×
1962–1963	272	280	10	10	143	×
1963–1964	343	350	11	11	203	133
1964–1965	345	×	14	5	157	×
1965–1966	391	×	10	×	×	×

Ensino técnico e profissional

81. A Escola Industrial e Comercial de Bissau foi instituída em 1959. Funcionam nesta escola, além do ciclo preparatório, os cursos de formação feminina, comercial, de serralheiros e de montadores electricistas.

Cursos	1963-1964				1964-1965				1965-1966
	Alunos matriculados	Aproveitamento			Alunos matriculados	Aproveitamento			Alunos matriculados
		Admitidos a exame	Aprovados	Percentagem		Admitidos a exame	Aprovados	Percentagem	
Ciclo preparatório	224	75	65	86,7	314	80	71	88,8	391
Formação feminina	32	16	13	81,3	43	22	19	86,4	42
Comercial	67	55	44	80	90	63	55	87,3	114
De serralheiros	18	9	9	100	16	7	6	85,7	15
De electricistas	26	10	10	100	35	10	10	100	40
Totais	367	165	141	85,5	498	182	161	88,5	602

A frequência total de alunos, o número de professores e a percentagem de aproveitamento, evoluiu da forma seguinte desde a fundação da escola:

Anos lectivos	Número de alunos	Número de professores e mestres	Percentagem de aproveitamento
1959–1960	266	26	82,9
1960–1961	191	26	69,3
1961–1962	310	26	×
1962–1963	354	26	70
1963–1964	367	31	85,5
1964–1965	498	29	88,5
1965–1966	602	33	×

Algumas conclusões imediatas se podem inferir:

a) A frequência tem aumentado substancialmente, em particular nos dois últimos anos;

b) O curso que tem despertado maior interesse é o comercial (curso geral de comércio);

c) Até ao presente ano lectivo, apenas funcionavam duas secções de formação industrial; já depois de iniciado o ano, foi criado um curso de carpintaria; a frequência destes cursos é ainda manifestamente insuficiente para ocorrer às necessidades de formação acelerada de operários especializados de que a província tanto carece.

Importa ainda referir que as instalações e o apetrechamento escolares são satisfatórios.

Dentro do ensino técnico podem ainda inserir-se os seguintes estabelecimentos escolares:

1) *Escola de artes e ofícios.*

2) *Escola de enfermagem.* — Funciona no Hospital de Bissau. No período de 1959–1964 formou 29 enfermeiros (curso geral), 44 enfermeiras auxiliares (curso elementar) e 57 parteiras auxiliares (curso elementar).

3) *Escola-Oficina da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes.* — Começou a funcionar em 1959 nas oficinas das obras públicas. Dos alunos matriculados naquele ano, em número de 19, concluíram o curso, que tem a duração de 5 anos:

7 em mecânica (dos quais 1 em desenho de maquinas);
1 em electricidade;
1 em montador-electricista.

A evolução nos anos seguintes pode examinar-se no quadro junto:

Anos	Alunos matriculados	Professores
1959–1960	19	1
1960–1961	16	1
1961–1962	20	3
1962–1963	20	3
1963–1964	24	2
1964–1965	14	2
1965–1966	13	2

2. Objectivos

1. Educação

82. Para elevar o nível cultural da população, considera-se como objectivo a atingir:

1) Ensino primário — cobertura escolar da província, com uma rede de escolas e postos escolares que possibilite a total alfabetização das populações.
2) Ensino secundário:

   a) Liceal — conclusão das obras do liceu para a instalação dos gabinetes de física e química, de ciências naturais, de museus, salas de história e geografia, de desenho e trabalhos manuais, de lavores, de canto coral e anfiteatros.
   b) Técnico profissional — instalação da escola técnica num edifício próprio e eficiente.

   A criação do ciclo preparatório do ensino secundário, cuja frequência se estima para o próximo ano lectivo de 1968–1969 em 1250 alunos, equaciona a premência destas realizações, em virtude das actuais instalações dos dois estabelecimentos de ensino não estarem preparadas para receber tão avultada população escolar.

3) Cursos médios e superiores — concessão de bolsas de estudo.

2. Investigação não ligada ao ensino

a) Cartografia geral e geológica

83. Prevê-se o prosseguimento dos trabalhos com vista à elaboração da carta de solos; estudo da fertilidade de solos; inventariação de zonas com interesse para o povoamento agrário; melhoramento de plantas alimentares; conhecimento dos recursos mineiros do território, e estudo do aproveitamento dos meios de obtenção de água doce.

b) Investigação aplicada à agricultura

Tem-se em vista finalizar e completar trabalhos relacionados com o reconhecimento geral e melhor aproveitamento dos solos.

Por outro lado, constituindo o problema da diversificação das culturas um dos que requer cuidado estudo, julga-se que o conveniente apetrechamento do Posto Agrícola do Pessubé e a criação de campos experimentais regionais será uma das condições indispensáveis para o resolver. Dentro deste âmbito caberá também o estudo da introdução de novas plantas alimentares, industriais e forrageiras, assim como o aperfeiçoamento dos processos culturais de outras culturas que, não sendo fundamentais, são já tradicionais entre os nativos. É o caso dos milhos e dos sorgos.

Tabacos secos ao ar, leguminosas para grão, forragem e sideração, gramíneas forrageiras e girassol são algumas das culturas que se indicam como susceptíveis de virem a despertar um elevado e especial interesse.

A continuação dos estudos sobre a palmeira e bananeira cabem ainda no âmbito desta rubrica.

c) Estudos de biologia piscatória

84. O objectivo a alcançar no III Plano de Fomento é o conhecimento do inventário da fauna marinha.

d) Coordenação de investigação científica

85. Sob esta rubrica incluem-se:

Estudos de base:

Estudos sobre problemas demográficos da província; trabalhos no campo da contabilidade nacional e documentação técnico-económica;

Bolsas de estudo para pessoal com formação universitária.

3. Investimentos

86. Incluem-se os seguintes empreendimentos a serem custeados durante o III Plano de Fomento.

1. Educação

a) Escolas em:

Santa Luzia, Chão de Papel e Bandim;

b) Escolas-granjas em:

Bandim, Teixeira Pinto, Bissorã, Fá, Mansabá e Caboupa-Aguiar;

c) Postos escolares em:

Binar, Bula, Caio, Calequisse, Sedengal, Susana, Portogole, Cabouca, Cã-Sissé, Canjufa, Pecixe, Tite, Uno, Cangiã e Sarbacar;

d) Apetrechamento das novas unidades escolares;
e) Conclusão das obras do liceu e apetrechamento;
f) Construção da escola técnica e apetrechamento;
g) Bolsas de estudo para cursos médios ou superiores e de aperfeiçoamento profissional para alunos recém-formados pela escola técnica;

2. Investigação não ligada ao ensino

a) Cartografia geral e geológica:

1) Continuação do levantamento hidrográfico;
2) Carta de vegetação;
3) Cobertura fotogeológica;
4) Elaboração da carta geológica.

b) Investigação ligada à agricultura:

I) Investigação agro-silvícola:

1) Finalização da carta de solos e de vegetação;
2) Execução da carta de solos por foto interpretação;

3) Traçado das cartas de aptidão agrícola;
4) Levantamento, à escala adequada, das bolanhas mais importantes da ilha de Bissau;
5) Estudo da fertilidade dos solos;
6) Continuação da produção de sementes híbridas da palmeira-do-azeite e *contrôle* de genitores;
7) Continuação dos estudos sobre a bananeira;
8) Introdução de plantas alimentares e industriais;
9) Introdução de plantas forrageiras;
10) Apetrechamento e adaptação do posto agrícola do Pessubé para a estação experimental e estabelecimento de campos experimentais regionais.

II) Investigação veterinária:

1) Determinação das possibilidades de encabeçamento para as pastagens naturais, a fim de se estabelecer um equilíbrio entre disponibilidades alimentares naturais e densidade de pecuração;
2) Determinação do valor forrageiro das espécies gramíneas e leguminosas a introduzir — com vista a seleccionar as mais aptas — e dos resíduos da exploração agrícola;
3) Determinação da época óptima de fenação;
4) Ensaios de preparação de ensilagem;
5) Estabelecimento de prados artificiais ou naturais de composição melhorada;
6) Preparação de concentrados alimentares com produtos de exploração agrícola ou subprodutos da indústria local.
7) Construção e apetrechamento de um laboratório na Estação de Fomento Pecuário.

c) Estudos de biologia piscatória e pesca experimental:

1) Inventário da fauna marinha;
2) Determinação e estudo biológico do ponto de vista quantitativo e qualitativo das espécies ictiológicas de maior valor comercial;

3) Localização de pesqueiros (reconhecimento de fundos-cardumes, bancos e áreas de pesca);

4) Determinação dos rendimentos médios de captura;

5) Estudo experimental das possibilidades de pesca de arrasto, designadamente pelo ensaio e selecção de artes apropriadas.

d) Coordenação de investigação científica:

1) Estudos de base:

Estudos económicos;

Coordenação da documentação técnico-económica;

Reorganização da cobertura regional dos serviços de agricultura e florestas.

Educação e investigação

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Educação	*29 100*
Ensino primário	11 200
Ensino liceal	3 750
Ensino técnico	11 150
Bolsas de estudo	3 000
Investigação ligada ao ensino	—
Investigação não ligada ao ensino	*43 200*
Cartografia	15 000
Investigação ligada à agricultura:	
Investigação agro-silvícola	12 000
Investigação veterinária	8 700
Estudos de biologia piscatória e pesca experimental	3 000
Coordenação de investigação científica	4 500
Total	**72 300**

XI) Habitação e urbanização

1. Evolução recente e problemas actuais

87. Há, neste sector, uma obra, em plena execução, que merece uma referência de realce pela sua envergadura: a construção de um novo bairro social — Bairro da Ajuda — junto à estrada para o aeroporto de Bissalanca.

Das 240 casas previstas, estavam já erguidas 83 em fins de 1966. O mercado estava em vias de conclusão. Já existia um edifício para estabelecimentos comerciais. Estava já em construção um conjunto escolar. Previa-se ainda construir uma igreja católica, uma mesquita, um posto médico e dois lavadouros públicos.

Do ponto de vista urbanístico, o bairro está funcionalmente concebido: casas rectangulares com cobertura de zinco, ruas amplas e balneários comunais dispersos. A prejudicar as condições ambientais, faz-se sentir, de momento, a falta de zonas verdes.

Pelo Fundo de construção de casas para funcionários foram construídas, em 1964, seis moradias económicas.

2. Objectivos

88. Tem-se em vista a melhoria de nível habitacional das classes populares e dos funcionários e a resolução dos problemas decorrentes do afluxo de população aos centros urbanos, da reinstalação de populações e do acréscimo demográfico.

As necessidades básicas da população, no que se refere a abastecimento de água, saneamento, infra-estruturas urbanísticas e fornecimento de energia eléctrica, constituem um dos objectivos a visar.

3. Investimentos

89. São os seguintes os empreendimentos propostos:

a) Habitação

a) Concelho de Bafatá:

1) Construção de um bairro de 60 moradias populares, tipo Bairro da Ajuda de Bissau;
2) Construção de um bairro de habitações económicas para funcionários junto do Bairro da Rocha;
3) Ampliação e urbanização do Bairro da Rocha.

b) Concelho de Bissau:

1) Urbanização e construção de um bairro para funcionários da Câmara Municipal;
2) Construção de um bairro residencial para professores do ensino secundário e bloco com dez apartamentos;

3) Construção de residência para pessoal médico e de enfermagem.

c) Concelho de Bissorã:

1) Construção de 20 habitações populares, tipo Bairro da Ajuda;
2) Construção de quatro bairros com 50 casas cada um para população deslocada;
3) Construção de duas casas com duas moradias geminadas para funcionários.

d) Concelho de Bolama:

1) Construção de um bairro popular, tipo Bairro da Ajuda, e construção de casas de renda económica.

e) Concelho de Cacheu:

1) Construção de dois bairros tipo Bairro da Ajuda.

f) Concelho de Catió:

1) Construção de um bairro popular na vila de Catió e ampliação do bairro para guardas da polícia administrativa.

g) Concelho de Gabu:

1) Construção de um bairro popular, tipo Bairro da Ajuda, em Nova Lamego;
2) Construção de um bairro, tipo Bairro da Ajuda, em Sonaco;
3) Construção de um bairro, tipo Bairro da Ajuda, em Piche;
4) Construção de um bairro, tipo Bairro da Ajuda, em Pirada.

h) Concelho de Mansoa:

1) Construção de bairros para a população autóctone;
2) Bairro de seis moradias para funcionalismo.

i) Circunscrição de S. Domingos:

1) Habitação para funcionários administrativos;
2) Habitações para polícia em Ingorel;
3) Habitações para polícia no posto Susana;
4) Habitações para polícia no posto de Sedengal.

b) Urbanização

a) Administração do concelho de Bafatá:

1) Abastecimento de água do Bairro da Rocha;
2) Consolidação e encascalhamento das ruas dos Bairros da Rocha, Ponta Nova e Nema;
3) Asfaltagem dos traçados da Avenida do Império e da Rua de 28 de Maio.

b) Câmara Municipal de Bissau:

1) Aumento da capacidade de captação de água e beneficiação da estrutura já existente;
2) Ampliação e remodelação da rede urbana de distribuição de água, com eventual construção de depósitos elevados;
3) Execução da rede de esgotos para a zona urbana e suburbana;
4) Construção de uma estação de tratamento do afluente dos esgotos;
5) Pavimentação e drenagem dos arruamentos principais dos bairros suburbanos e melhoramento dos arruamentos existentes;
6) Construção de um novo mercado municipal;
7) Execução de uma estação de tratamento de águas.

c) Administração do concelho de Bolama:

1) Substituição de parte do sistema de abastecimento de água.

d) Administração do concelho de Cacheu:

1) Rede de esgotos dos bairros a construir;
2) Asfaltagem da rua principal de Teixeira Pinto.

e) Administração do concelho de Gabu:

1) Início da construção de uma rede de esgotos na vila de Nova Lamego;
2) Asfaltamento de ruas na vila de Nova Lamego;
3) Urbanização da zona onde se instalarão os futuros bairros.

f) Administração do concelho de Mansoa:

1) Redes de esgotos pluviais;
2) Melhoramentos dos arruamentos e alinhamento das edificações nos Bairros de Luanda e S. Tomé;

g) Administração da circunscrição de S. Domingos:

1) Construção de um mercado em Ingorei.

Habitação e urbanização

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Habitação	*17 800*
Construção, ampliação e urbanização de bairros	7 400
Habitações para funcionários	10 400
Urbanização	*75 000*
Abastecimento de água de Bissau, incluindo a estação de tratamento	18 000
Substituição de parte do abastecimento de água de Bolama	500
Saneamento e esgotos em Bissau, Cacheu, Nova Lamego e Mansoa	25 800
Arruamentos em Bissau, Bafatá, Teixeira Pinto, Nova Lamego e Mansoa	11 100
Outros melhoramentos urbanos em Bissau, Ingorei, etc.	19 600
Total	**92 800**

XII) Saúde e assistência

1. Evolução recente e problemas actuais

90. Em relação a 1960, as principais causas de morte foram, por ordem decrescente, as seguintes: paludismo, doenças do aparelho digestivo e gastrites, enterites e colites, tuberculose e tétano.

Ainda que as populações disponham dos alimentos necessários a uma alimentação equilibrada, os costumes tradicionais e a imprevidência ou deficiência na armazenagem desses alimentos provocam desequilíbrios na nutrição, com as mais graves sequelas no aspecto sanitário e noutros aspectos sociais, como, por exemplo, o fraco rendimento do trabalho e a baixa resistência às doenças infecciosas.

Nas crianças, as doenças carenciais são mais frequentes, constituindo a principal causa da mortalidade infantil.

91. No que se refere a tipos e números de estabelecimentos hospitalares e congéneres, por áreas e delegacias

de saúde, é o que se segue o panorama da ocupação sanitária da província:

Estabelecimentos de saúde	Total	Bafatá	Bijagós	Bissau	Bolama	Catió	Farim	Mansoa	Nova Lamego	S. Domingos	Teixeira Pinto
Hospitais:											
Centrais	1	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–
Regionais . . .	3	1	–	–	1	–	–	–	–	–	1
Rurais	6	–	1	–	–	–	1	1	1	1	1
Maternidades rurais	17	2	–	–	1	2	2	1	3	–	6
Centros materno-infantis	1	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–
Leprosarias	1	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–
Enfermarias-abrigo para tuberculosos	1	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–
Dispensários para alienados	1	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–
Postos sanitários . .	51	3	6	4	4	6	5	5	8	4	6

92. O quadro não abrange o número de formações sanitárias da Missão de Combate às Tripanossomíases (ex-Missão Permanente de Estudo e Combate à Doença do Sono e outras Endemias), porquanto a sua acção assistencial se desenvolve fundamentalmente sob forma itinerante, com circuitos de tratamento que cobrem boa parte do território (áreas de Bissau, Quinhamel, Mansoa, Bula, Teixeira Pinto, Bolama, Bafatá, Bambadinca, Contubo-El, Galomaró e Nova Lamego). As suas formações sanitárias reduzem-se, na maioria dos casos, a tabancas-enfermarias, com postos de tratamento e de internamento. Localizam-se no Biombo, Bolama, Bubaque, Uno (Bijagós), sector I (Mansoa e Bissorã), sector II (Farim e Susana), sector III (Nova Lamego, Bafatá, Cossé, Bambadinca e Contubo-El) e sector IV (Teixeira Pinto e Bula), além da sede da Missão, em Bissau.

2. Objectivos

93. Melhoria das condições de saúde da população e redução da mortalidade geral e infantil, através de uma actuação simultânea sobre os domínios complementares dos factores determinantes e imediatos do estado de saúde e da estrutura médico-sanitária.

3. Investimentos

94. Os empreendimentos previstos para os próximos seis anos são:

a) Campanhas sanitárias e profilácticas:

1) Campanha antituberculosa;
2) Campanha para a erradicação do paludismo;
3) Campanha contra a doença do sono;
4) Campanha contra a filaríase linfática;
5) Campanha antivariólica;
6) Campanha antipoliomielítica;
7) Campanha antiamarílica.

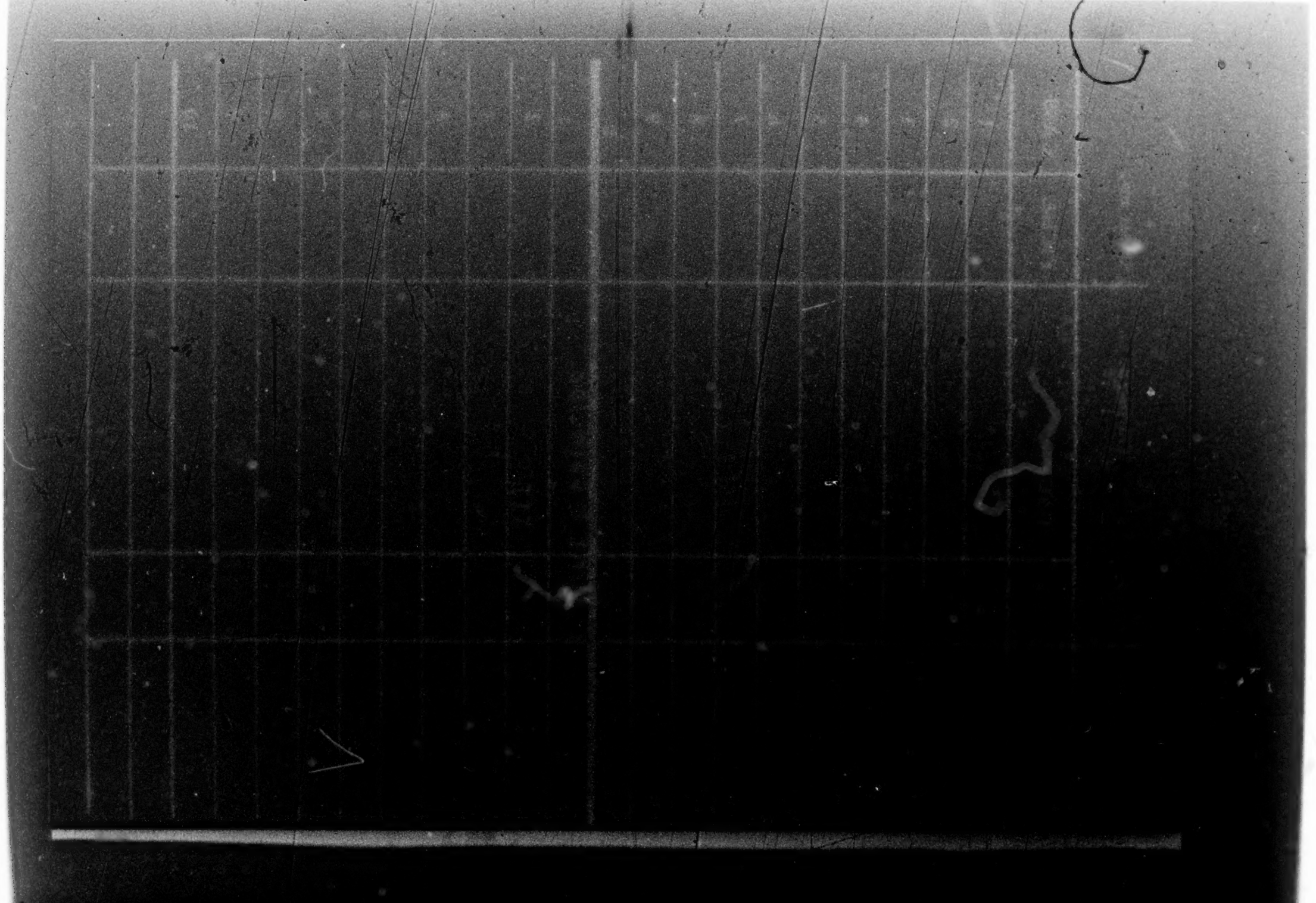
b) Construção, ampliação, equipamento e apetrechamento de hospitais, postos e pavilhões sanitários, enfermarias, centros de recuperação, reabilitação e materno-infantis.

Saúde

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Saúde	*60 350*
Campanhas sanitárias e profilácticas	21 700
Construção, ampliação e apetrechamento de instalações hospitalares	38 650
Total	**60 350**

Programa de investimentos

Resumo por sectores

Sectores	Contos
Agricultura, silvicultura e pecuária	79 650
Pesca	26 500
Indústrias extractivas e transformadoras	488 800
Indústrias de construção e obras públicas	–
Melhoramentos rurais	17 300
Energia	31 600
Circuitos de distribuição	7 400
Transportes, comunicações e meteorologia	370 000
Turismo	12 600
Educação e investigação	72 300
Habitação e urbanização	92 800
Saúde	60 350
Total	1 259 300